



ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE SANTA CATARINA

BOLETIM INFORMATIVO NÚMERO 83
MARÇO DE 2025





Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina
AFSC
Rua dos Ilhéus 118 sobreloja 9 – Ed. Jorge Daux
CEP 88010-560 - Florianópolis, SC
Caixa Postal 229 - CEP 88010-970

A AFSC, fundada em 6/8/1938, é uma Entidade sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual 542 de 24/9/1951 e pela Lei Municipal 970 de 20/8/1970.

DIRETORIA eleita em julho de 2024 para o período de agosto/2024 a agosto/2025:

Diretor Presidente:.....Luis Claudio Fritzen
Diretor Vice-presidente:.....Demétrio Delizoicov Neto
Diretor 1º Secretário:.....Romeu Odilo Trauer
Diretor 2º Secretário:.....Luiz Antonio de Oliveira Horn
Diretor 1º Tesoureiro:.....Bernardo Bihr Lopes
Diretor 2º Tesoureiro:.....Fred Leite Siqueira Campos
Diretor de Sede:.....Maurício Silva Soares

Conselho Fiscal:

Rubens Moser.....Juliano Natal (suplente)
Lucia de Oliveira MilazzoRenato Mauro Schramm (suplente)
Ernani Santos Rebelo.....Paulo Cesar da Silva (suplente)

A AFSC desenvolve um importante trabalho de divulgação do colecionismo em geral, além da edição deste Boletim – Santa Catarina Filatélica.

Para suporte aos dispêndios decorrentes de suas atividades, a AFSC depende principalmente da arrecadação de anuidades pagas por seus associados, que podem ser das seguintes categorias e valores, válidos a partir de 2025:

Efetivos – residentes na Grande Florianópolis, com idade a partir de 18 anos R\$175,00
Juvenis – com idade inferior a 18 anos R\$40,00
Correspondentes no Brasil – residentes fora da Grande Florianópolis R\$70,00
Correspondentes no Exterior – residentes fora do Brasil US\$35,00

REMIDO – Valor único (20 anuidades).....Efetivo R\$ 3.500,00 / Correspondente R\$ 1.400,00

ASSOCIE-SE!

www.afsc.org.br afsc@afsc.org.br

Reuniões regulares:

Quintas-feiras a partir das 18:30 horas e Sábados a partir das 14:30 horas

Boletim Informativo semestral da AFSC - SANTA CATARINA FILATÉLICA (SCF)
Nº 1 de dezembro de 1949 (75 ANOS)

ANÚNCIOS:

Página inteira: R\$90,00 / Meia página: R\$60,00 / Terço de página: R\$45,00
Terceira capa: R\$140,00 / Quarta capa: R\$180,00

Florianópolis, março de 2025.

Comissão Editorial:

Luís Cláudio Fritzen, Demétrio Delizoicov Neto, Renato Mauro Schramm e Peter Johann Bürger.

Revisão Textual:

Cláudia Pinheiro.

Diagramação e Capa:

Fagner Maximo da Silveira.

Capa:

Imagens presentes nos artigos deste boletim.



Índice

Palavras do Presidente.....	04
O SALITRE e os TOKENS de mineração do Chile.....	05
Telégrafos em Santa Catarina durante o Governo de Getúlio Vargas 1930–1945.....	10
“JOÃO PESSOA” – O bairro que mudou de nome.....	28
Agências Postais Imperiais Catarinenses: uma atualização.....	32
Entrevista - Edil Gomes e Gilberto Tenor.....	46
Os Bilhetes do 3º Banco do Brasil (1853-1893) impressos por Bradbury & Evans, de Londres.....	50
As cédulas de 1000 cruzeiros falsificadas.....	66
Papai Noel existiu.....	70
Carimbologia do Brasil Clássico.....	74

*Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos
autores, bem como o que se refere ao uso de imagens.*

Palavras do Presidente

Fenômeno contemporâneo verificado em todos os setores da vida social, a tecnologia tem também transformado o colecionismo, especialmente a filatelia e a numismática, que necessita de modernização constante, para se adaptar ao século XXI. Afinal, as novas tecnologias criam obstáculos e oportunidades inéditas, que impactam diretamente nas peças que integram uma coleção.

A rápida transformação tecnológica dos últimos anos aumentou exponencialmente a possibilidade de investigação. Assim, temos facilidade maior em verificar a autenticidade de uma peça, com a contrapartida negativa de que os falsificadores se tornaram mais hábeis. Estamos longe de vencer esta batalha, mas temos melhores mecanismos de verificação. Nunca podemos deixar de prestar atenção, pois o descuido pode ser fatal.

Muito deixaram de colecionar, quando se tornaram vítimas. Perdem a confiança. Isso que queremos evitar, pois além do prejuízo financeiro, podemos perder colecionistas. Isso sim causa transtorno no nosso meio.

Sabemos que um fator complicador é a desigualdade no alcance da novel tecnologia, onde alguns colecionistas costumam se deparar com impeditivos para desfrutar do alcance, tipificando uma verdadeira exclusão.

Por isso que a AFSC se encontra atenta e possibilita a seus associados as informações necessárias. Estamos atentos a estas novas possibilidades.

Luis Claudio Fritzen
Março de 2025



O SALITRE e os TOKENS de mineração do Chile

Carlos Torres Gandolfi – Porto Alegre, RS (*)

I. INTRODUÇÃO

As fichas coloridas de ebonite e de nitrato metálico dos depósitos de nitrato no norte do Chile, com o nome muito conspícuo de OFICINAS, são um importante testemunho histórico da indústria de nitrato, que floresceu na região do Deserto do Atacama, no Norte Grande do Chile, no final do século XIX e início do século XX. Essas fichas eram utilizadas como pseudomoedas nas minas de nitrato, permitindo aos trabalhadores adquirirem bens e mercadorias para sustentar a família dentro dos acampamentos mineiros.

As minas de nitrato são minas de exploração superficial de salitre, basicamente, sais de nitrato de potássio são excelentes como fertilizantes e na fabricação de explosivos – também popularmente chamadas de CALICHE, por isso o nome *calicheras* foi utilizado por extensão.



Imagens disponíveis em: CTG Numis

II. OS CHIPS SALITRE

Um aspecto relevante desses tokens é que seu material era composto de ebonite ou de metal. As de ebonite eram feitas de um tipo de borracha vulcanizada, que podia ter diversas cores, algumas de duas ou três cores em diferentes camadas de sua superfície; e as metálicas normalmente eram fabricadas no exterior e feitas de alumínio, cobre ou níquel. Seu desenho era geralmente circular,

podendo também ter outros formatos como: elípticos com ondulações, lisos em seu entorno ou quadrados. Seu desenho apresentava figuras e legendas que identificavam a mina emissora de nitrato, em algumas com número de controle, valor nominal e, às vezes, data de emissão.



O acampamento da Oficina Rica Aventura. Foto autor desconhecido.
Colección Archivo Fotográfico, Museo Histórico Nacional.

A sua utilização foi generalizada por todas as centrais de extração, denominadas OFICINAS, como meio de pagamento aos mineiros, que os utilizavam como elemento de compra nas PULPERÍAS, espécie de armazém ou loja de propriedade da empresa, **que ela recebeu apenas aqueles emitidos por ela como pagamento, permitindo aos trabalhadores comprarem mercadorias**. Eles foram emitidos e usados enquanto existiam as famosas Oficinas de Nitrato. Um ditado popular no Chile possivelmente deriva dessas lojas chamadas *pulperías*, qual seja: “eles estão me despolpando”; o que significa: “eles estão me enganando”.

Como comprovação histórica relevante, as fichas são um testemunho da vida nas minas de nitrato, da economia interna dos acampamentos e das condições de trabalho dos trabalhadores.

No colecionismo numismático, as fichas de ebonite e metálicas são consideradas, hoje, juntamente com as fichas de mineração, de grande interesse, pois algumas são peças muito raras e de alto valor, de um mundo que ficou no passado e que deu ao Chile uma grande prosperidade, que faz parte do Patrimônio Cultural e Histórico do Chile e da Região do Atacama.



Mineros trabajadores del Salitre, 1918. Fotógrafo no identificado.
Colección Archivo Fotográfico, Museo Histórico Nacional.

III. ASPECTO SOCIAL E ECONÔMICO PARA O QUAL FORAM FABRICADOS

As fichas de ebonite e de metal das minas de nitrato no norte do Chile foram fabricadas por diversas razões sociais e econômicas, dentre as quais se destacam:

1. **Falta de Moeda Oficial:** Na época, havia escassez de moeda divisionária oficial na região, o que dificultava as transações comerciais. Os tokens ajudaram a atender a essa necessidade, com um claro benefício para as Oficinas.
2. **Controle da Economia Interna:** Os nitratos emitiram fichas para controlar a economia interna dos acampamentos de mineração, evitando a fuga da moeda oficial e mantendo os trabalhadores dentro do sistema econômico de semiescravidão do nitrato.
3. **Dívida dos Trabalhadores:** As fichas eram usadas para pagar os trabalhadores, que depois as utilizavam para comprar mercadorias dentro do campo. Isso criou uma dívida perpétua, uma vez que os trabalhadores tinham que utilizar as fichas para comprar nos armazéns pertencentes ao gabinete de nitratos, que não eram aceitas em outros gabinetes de nitratos ou pelo governo.
4. **Economia Empresarial:** Os tokens faziam parte da economia empresarial, onde a empresa de nitrato controlava a produção, a distribuição e a comercialização de bens e de serviços, incluindo moeda.
5. **Isolamento Geográfico:** A localização remota das minas de nitrato no Deserto do Atacama dificultou o acesso a bens de consumo externo, pelo que os tokens ajudaram a criar um sistema econômico autossuficiente.
6. **Exploração Laboral:** Alguns historiadores argumentam que os tokens foram utilizados para explorar os trabalhadores, mantendo-os numa situação de dependência econômica e limitando a sua liberdade de procurar melhores oportunidades de emprego.
7. **Garantir o Sustento da Família:** Por um problema recorrente em que as famílias dos mineiros ficavam sem alimentos, essa forma de pagamento garantia às famílias a posse das mercadorias necessárias ao sustento familiar.

Em resumo, as fichas de ebonite e metal das minas de nitrato foram fabricadas para compensar a falta de moeda oficial, controlar a economia interna, criar uma dívida perpétua entre os trabalhadores e a mina de nitrato e manter um sistema econômico empresarial num contexto de isolamento.

IV. QUAL FOI O MOTIVO DE UM TELEGRAMA DA INGLATERRA QUE DISSE: “FECHE O NALT PETER E TRIPLIQUE A PULPERIA”?

O telegrama da Inglaterra que dizia “Fechar a fábrica de nitrato e triplicar a pulperia” refere-se à estratégia econômica das empresas britânicas de nitrato, no Chile, durante o declínio da indústria de nitrato no final do século XIX e início do século XX, devido ao salitre sintético produzido na Alemanha, produto da Primeira Guerra Mundial, em 1914.

A “*Salitrera*” refere-se à planta de produção de salitre, enquanto a “*Pulperia*” era o armazém onde os trabalhadores compravam mercadorias básicas para sobreviver.

O telegrama sugere que, em vez de investir na produção de salitre, a empresa deveria focar na expansão da pulperia, ou seja, no negócio de venda de bens e de mercadorias aos trabalhadores.

Isso porque a pulperia era uma fonte de lucro mais segura e constante do que a produção de salitre na época, que estava sujeita às flutuações do mercado e à concorrência da Alemanha.

Ao triplicar a mercearia, a empresa poderia aumentar os seus lucros por meio da venda de bens e de mercadorias aos trabalhadores, que eram obrigados a comprar na mercearia, devido à falta de outras opções na zona e devido ao seu isolamento. Isso permitiria à empresa manter o controle sobre a economia interna da mina de nitrato e maximizar os seus lucros.

Em resumo, o telegrama reflete a priorização dos lucros, dos lucros sobre a produção e a exploração dos trabalhadores por meio do controle da economia interna da mina de nitrato.



Imagens disponíveis em: CTG Numis

V. CHIPS DE MINERAÇÃO

Os tokens de mineração e os tokens de nitrato são semelhantes no sentido de que ambos foram usados como moeda em contextos de trabalho específicos no Chile. No entanto, existem algumas diferenças importantes:

1. **Origem:** Os tokens de mineração foram usados na indústria de mineração em geral, enquanto os tokens de nitrato foram usados especificamente na indústria de nitrato.
2. **Localização Geográfica:** As fichas de mineração foram utilizadas em diferentes regiões mineiras do Chile, enquanto as fichas de nitrato estavam concentradas na região de Tarapacá e Antofagasta, onde estavam localizadas as minas de nitrato.
3. **Design e Material:** Embora ambos os tipos de fichas tenham designs e materiais semelhantes, as fichas de nitrato geralmente têm designs mais elaborados e específicos para cada mina de nitrato.
4. **Utilização:** Ambas as fichas eram utilizadas como moeda, mas as fichas de nitrato estavam mais intimamente ligadas ao sistema de economia empresarial, onde os trabalhadores eram obrigados a comprar nas mercearias de salitre.
5. **Período de Utilização:** As fichas de mineração foram utilizadas em diferentes períodos, enquanto as fichas de nitrato concentraram-se, principalmente, no período de expansão da indústria de nitratos (final do século XIX e início do século XX).

Em resumo, podemos afirmar que, embora compartilhem semelhanças, os tokens de mineração e de nitrato apresentam diferenças substantivas **em termos de origem, localização geográfica, design, uso e períodos de uso**. Por exemplo, os tokens de mineração não são designados como OFICINAS e, em geral, são feitos de metal.

Bibliografia:

Sociedad Chilena de Historia y Geografía. Las Salitreras. Prof. Pizarro. 1982.

Sociedad chilena de Historia y Geografía. Conversatorio en YouTube. Algunos tópicos de las Salitreras. Gastón Fernández Montero y Juan Guillermo Prado.

Catálogo de Fichas Salitreras. Ismael Espinosa Vargas. Impreso en los talleres de Arancibia Hermanos y Compañía Limitada, Santiago, 1990.

Catálogo Simplificado de las Fichas Salitreras. Dagoberto Chanique Bórques. 1970.

Historia General de Chile. Diego Barros Arana. 1884 – 1902.

Origen de las Fichas Salitreras. Museo Histórico Nacional. Programa educativo.

Las fichas salitreras y las fichas Mineras Meta AI.

Es.m.Wikipedia.org.fichas salitreras.

Piezas del autor: CTG Numis.

Medallas de Condecoración Militar de las Guerras. Desde la Patria Vieja a la Republica de Chile. 1813 – 1884. Carlos Torres Gandolfi. 2025. Em edição.

(*)radiesteziagandolfi@gmail.com
WhatsAap+56 9 8693-9977



POSTMIX
Gráfica Offset & Digital

Telégrafos em Santa Catarina durante o Governo de Getúlio Vargas 1930-1945

Alcides Goularti Filho – Criciúma, SC (*)

1. Introdução: inovações nas comunicações

Observando as inovações e as mudanças tecnológicas que ocorreram nas comunicações nos últimos 200 anos, percebe-se que a grande transformação ocorreu com a invenção dos telégrafos em 1835 e a sua internacionalização nas décadas de 1860 e 1870. A comunicação por meio dos correios sempre foi uma prática milenar na história da humanidade. Na mitologia grega, Hermes (Mercúrio para os romanos) era o mensageiro dos deuses. Com asas nos pés, a atribuição de mensageiro se dava em função de sua agilidade e rapidez em deslocar-se de um lugar para outro. Desde que o hemeródromo Fidípides, que em 490 a.C. fez o percurso de 40 quilômetros entre Marathónas e Atenas, para avisar as mulheres atenienses da vitória sobre os persas, até a invenção dos telégrafos, foram acrescentados aos correios cavalos e navios. De uma velocidade média de 5 quilômetros por hora, feita por um hemeródromo, passando pelas diligências até os barcos a vela, o tempo de entrega das correspondências diminuiu de forma significativa, porém ainda estava preso à lentidão dos animais (cavalos) e dos ventos (barcos).

Os telégrafos se assentaram sobre uma base muito lenta, que eram os correios. A telefonia se assentou sobre uma base muito veloz, que eram os telégrafos. A revolução gerada pela comunicação via satélite não se iguala ao impacto gerado pelos telégrafos na segunda metade do século XIX. Em 1822, a notícia do Sete de Setembro levou 15 dias para chegar a Desterro, na Capitania de Santa Catarina. Em 1889, a notícia do Quinze de Novembro chegou no mesmo dia.

Em 1867, a cidade de Porto Alegre foi conectada com a capital do Império, Rio de Janeiro, por via telegráfica. Em direção ao Nordeste as linhas telegráficas foram construídas em 1873, com a inauguração das estações de Itapemirim, Recife e Maceió. Nesse mesmo ano foram abertas as linhas de Santos e São Paulo. Em 1874, foi a vez das cidades de Salvador e Aracaju; em 1875, Paraíba; em 1876, Natal. Nas décadas seguintes, a linha foi estendida para o Norte e Centro-Oeste, com a inauguração da estação de São Luiz e Teresina, em 1884, e Belém, em 1886. Goiás e Cuiabá passaram a ter acesso ao serviço de telégrafos em 1890 e 1891, respectivamente. A capital mineira, Belo Horizonte, que ainda estava em construção, recebeu o telégrafo em 1895. No Amazonas, a telegrafia chegou por meio de cabos fluviais colocados pela companhia inglesa *Amazon Telegraph Company*, no ano de 1896. Ao Centro-Oeste, os telégrafos chegaram em 1906, com a expedição do marechal Cândido Rondon. Nas linhas

internacionais, o Brasil se integrou com a Europa em 1874; Uruguai, em 1879; Argentina, em 1883; e Estados Unidos e Senegal, em 1892¹.

Os telégrafos aceleraram e disseminaram a difusão de um volume maior de informações. Quebrou-se o monopólio das comunicações, que estavam concentradas nos correios, por meio da instalação de aparelhos telegráficos em repartições públicas, empresas e instituições sociais, possibilitando a propagação em série de notícias em escala local, nacional e internacional. Na segunda metade do século XIX e início do XX, os serviços telegráficos passaram a ser preferidos, e se sobrepuseram aos correios, sem eliminá-lo. A telefonia quebrou ainda mais esse monopólio por meio da popularização do aparelho telefônico, que passou a ser instalado nos domicílios. O avanço da telefonia nas primeiras décadas do século XX, sobretudo pós-1930, eximiu a necessidade de realizar novos investimentos em tecnologia na rede de telégrafos. Com isso, foi deslocado o centro gerador, processador e difusor de inovações tecnológicas do telégrafo para a telefonia.

Com o surgimento das primeiras companhias telefônicas municipais no Brasil, os serviços inicialmente estavam restritos às áreas urbanas e de curta distância. Contudo, com as melhorias realizadas nos serviços de telefonia e a pressão da demanda, começaram a surgir as redes interurbanas e interestaduais. No Brasil, a Companhia Telefônica Brasileira (CTB), que operava desde 1910, transformou-se na maior empresa do setor no Brasil e atendia os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e formou uma rede mesorregional de telefonia².

Mesmo com os avanços na telefonia em nível mundial, a comunicação de longa distância e interoceânica, até o final dos anos de 1960, ainda era realizada pelos telégrafos. Os satélites artificiais de comunicações, lançados nos meados dos anos de 1960, começaram a ser amplamente utilizados somente nos anos de 1970. No Brasil, a comunicação entre regiões distantes continuou sendo feita pelos fios dos telégrafos até início dos anos de 1970. A Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), criada em 1965, transformou-se na estatal responsável pelas comunicações via satélite no Brasil. E, em 1972, os serviços telefônicos no País passaram para o controle da *holding* Telecomunicações Brasileiras Sociedade Anônima (Telebras).

2. Estado em comunicações

Ao longo dos séculos XIX e XX, dentro da formação dos sistemas nacionais e regionais de comunicações, podemos observar a combinação e sobreposição de três *camadas geoeconômicas* que circulam o território: correios, telégrafo e telefonia. Camadas geoeconômicas são os meios de circulação por onde transitam fluxos de pessoas, informações, bens e serviços: transportes, comunicações, rede de energia, abastecimento de água, gás e outros. Essas camadas se combinam entre si na utilização das estruturas administrativas, na prestação de serviços, no fornecimento de bens ou na transmissão de dados e informações. Por exemplo, estradas, ferrovias e redes de transmissão e distribuição de energia servem de apoio para assentar o sistema de comunicações. Pelas estradas, ferrovias e rios navegáveis circulavam

¹ REPARTIÇÃO GERAL DOS TELÉGRAFOS. *Memória histórica*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1909.

² BRITO, Maurílio. *Subsídios para a história da telefonia no Brasil*. Rio de Janeiro: NEC do Brasil, 1976.

os estafetas e as malas postais para a entrega de cartas e encomendas; os postes das linhas telegráficas, em boa medida, seguiam as margens das estradas e das vias férreas; e por essas mesmas vias, a rede de distribuição de energia foi instalada. A implantação da rede de telefonia também assumiu formas semelhantes dentro desse processo de consolidação do sistema regional de comunicações.

A produção e o comércio impulsionam o aperfeiçoamento dos meios de comunicação ao mesmo tempo em que os meios de comunicação disponibilizam acesso às informações que são vitais para gerar mais acumulação e ampliar a presença do Estado no território. As comunicações expandem a produção por meio da circulação ao mesmo tempo em que a produção cria condições para sua expansão. Em síntese, ela faz parte do todo da produção capitalista na criação de mais valor e na transformação do dinheiro em capital.

Os correios inicialmente contribuíram para a integração do território e aumentaram a presença do Estado nas mais diversas regiões do País. Os telégrafos, com mais velocidade, continuaram integrando o território e ampliando a presença do Estado. A telefonia, por meio da modernização das vias de comunicação, popularizou e individualizou o acesso às informações.

Transportes, comunicações e energia formam a tríade da infraestrutura social básica, que é determinada e determinante do processo global da produção. Cada unidade dessa tríade, incorpora, processa e difunde novas tecnologias, além de multiplicar novos investimentos e induzir rendas. A execução de projetos para implantação e expansão dos serviços de transportes, comunicações e energia exige vultosos recursos financeiros e alta capacidade de comando centralizado. No Brasil, esse comando foi assumido pelo Estado³. Essa é uma característica do modelo de desenvolvimento tardio e desorganizado do capitalismo latino-americano, que não desenvolveu por completo as formas superiores de organização capitalista (oligopólios nacionais, capital financeiro e estado planejador)⁴.

Entre o longo período de 1930 a 1990, o Estado brasileiro se transformou no maior agente indutor do sistema de transporte e comunicações no Brasil. Na navegação, atuava por meio de subvenção às companhias de navegação e também como proprietário direto de empresas, como a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, a Companhia Nacional de Navegação Costeira e inúmeras outras empresas regionais de menor porte. No setor ferroviário, a intervenção direta ocorria por meio da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima e da Ferrovia Paulista Sociedade Anônima (RFFSA). No setor portuário, todos os portos eram administrados e operados pela Empresa de Portos do Brasil Sociedade Anônima (Portobras) ou pelas companhias docas estatais. No serviço de postagem, os correios eram uma exclusividade do Estado. E nos telégrafos a situação não era diferente, excluindo algumas linhas no Norte, a grande maioria das linhas nacionais (Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste) era de propriedade do Estado. Na telefonia a entrada do Estado foi mais tardia, em 1956, com a nacionalização da CTB, e mais tarde com a criação da Telebras, 1965, e da Embratel, 1972.

Portanto, transportes e comunicações, pedras angulares do sistema nacional de economia e da organização do território, no Brasil dependiam direta e indiretamente do Estado.

³ TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

⁴ HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

Em relação ao ordenamento administrativo dos serviços telegráficos no Brasil, em 17 de março de 1855, foi criada a Direção Geral dos Telégrafos Elétricos, sob o controle do Ministério dos Negócios do Império. Por meio do Decreto n.º 3.288, de 20 de junho de 1864, foi aprovado o regulamento da Repartição Geral dos Telégrafos, que passou a ser subordinada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em um breve interregno entre 1890 e 1891, a Repartição foi transferida para o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. No ano de 1892, após a extinção do efêmero ministério, a Repartição passou para o comando do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Em 1909, em uma nova reforma administrativa, o ministério foi desmembrado e passou a ser somente Ministério da Viação e Obras Públicas, ao qual ficou subordinada a Repartição Geral dos Telégrafos⁵.

Durante os anos de 1920, ocorreu no Brasil uma transformação na base econômica que, aos poucos, ia forjando outro ordenamento jurídico e político do Estado. A autonomia federalista e o poder das oligarquias regionais estavam se tornando um entrave para o livre desenvolvimento das forças produtivas industriais. Essas oligarquias regionais contribuíam para liberar as forças produtivas agrárias, mas a indústria dependia mais de uma burguesia industrial urbana e do banqueiro. Todo este movimento desembocou na "Revolução de 1930", liderada por Getúlio Vargas. Segundo Draibe⁶, o governo Vargas inaugurou uma nova etapa no Brasil:

[Uma] etapa decisiva do processo de constituição do Estado brasileiro. A quebra das "autonomias" estaduais que amparavam os "pólos oligárquicos" resultou numa crescente descentralização do poder: concentrando-se progressivamente no executivo federal os comandos sobre as políticas econômicas e sociais.

Mesmo continuando como República Federativa, as unidades subnacionais passaram a ser mais subordinadas ao Executivo Federal, que centralizava as decisões mais importantes. Segue Draibe⁷:

Esse movimento de centralização e concentração ao poder, sob os mumplos aspectos em que se expressou, conduzirá o Estado brasileiro a uma forma mais avançada de Estado Nacional, capitalista e burguês.

A centralização e a concentração do poder não foram implantadas “numa só tacada”, foi um movimento que vinha sendo esboçado nos anos anteriores. As mudanças na base concreta iam forçando transformações nos andares de cima. Vargas implementou reformas no Estado no sentido de centralizar ainda mais as decisões e qualificar o pessoal técnico. O Estado que surgiu após 1930, além de ampliar a sua base de atuação, passou a centralizar, burocratizar e

⁵ REPARTIÇÃO GERAL DOS TELÉGRAFOS. *Memória histórica*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1909.

⁶ DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁷ DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

racionalizar suas funções com mais intensidade. Segundo Draibe⁸ “velhos órgãos ganharam nova envergadura, estruturaram-se gradativamente as carreiras, assim como os procedimentos sujeitaram-se crescentemente à lógica racional-legal”.

Novos órgãos foram criados ou reagrupados em departamentos para solucionar velhos problemas. Em 1932, foi criado o Departamento Nacional de Portos e Navegação; em 1934, o Departamento Nacional de Produção Mineral; em 1937, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; em 1939, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica; em 1941, o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e, em 1945, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Contudo, anterior à criação desses departamentos, em 1931, por meio do Decreto n.º 20.859, de 26 de dezembro, foi autorizada a fusão da Diretoria Geral dos Correios com a Repartição Geral dos Telégrafos para a criação do Departamento dos Correios e Telégrafos (DCT).

Segundo o preâmbulo do decreto que criou o DCT, era "imprescindível a reorganização dos serviços de Correios e Telégrafos como medida de aperfeiçoamento e para que atendam com eficiência aos interesses do público" (BRASIL, p. 210, 1932). Também deveria ser levada em consideração que "a fusão desses dois serviços se impõe, não só como medida econômica na administração dos negócios do Estado, como também pelas vantagens decorrentes da sua execução em conjunto" (BRASIL, p. 210, 1932). Com a fusão foram criadas duas diretorias e duas superintendências especializadas: Diretoria Técnica de Correios (DTC), Diretoria Técnica de Telégrafos (DTT), Superintendência do Tráfego Postal e Superintendência do Tráfego Telegráfico. Foi essa estrutura administrativa que comandou os serviços postais e telegráficos no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas, 1930 a 1945.

3. Telégrafo em Santa Catarina pré-1930

Dentro da formação econômica de Santa Catarina, no período de 1930 a 1945, podemos observar a presença de três economias que se combinavam: a pequena produção mercantil, o setor exportador (madeira, erva-mate e carvão) e a nascente média indústria voltada para o mercado nacional. Além das exportações lideradas pelo setor agrário e extrativista (principalmente madeira, carvão e erva-mate), também destacavam-se as exportações de produtos têxteis e alimentares. Nas áreas de colonização a presença da pequena produção mercantil ainda persistia, sendo responsável pela dinamização das economias regionais do litoral e planalto norte, Vale do Itajaí e sul catarinense. Contudo, a novidade pós-1930 na economia catarinense foi o nascimento de uma dinâmica indústria metalmeccânica, localizada em Joinville (GOULARTI FILHO, 2016).

No planalto norte o complexo ervateiro apresentava sinais de esgotamento, e o capital acumulado começava a se desdobrar em outras atividades produtivas, como a indústria madeireira. No grande oeste as atividades madeireiras pautadas na extração da araucária viviam seu período áureo e, paulatinamente, a pequena indústria alimentar, fundada nos frigoríficos de abate de suínos e aves, dava seus primeiros passos na formação de um complexo agro

⁸ DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

comercial. No Vale do Itajaí, área de colonização europeia e da pequena produção mercantil, o comando da acumulação era exercido pela indústria têxtil e do vestuário, além da presença de uma base produtiva bem diversificada. Por fim, no sul catarinense, estava em marcha a formação do complexo carbonífero integrado à economia nacional.

Santa Catarina chega em 1945 com uma base produtiva diversificada e com tendências à sua ampliação. Essas condições concretas da vida material, aos poucos, emergiam no seio da economia e da sociedade catarinense nos anos de 1930 e início da década de 1940. As velhas atividades mercantis, agrárias e extrativas começavam a ceder lugar para a indústria cerâmica no sul, a indústria de papel e pasta mecânica no planalto serrano e a indústria metalmecânica, em Joinville (GOULARTI FILHO, 2016).

O romper de uma nova base material exigia melhoramentos e mais investimentos nas camadas geoeconômicas. No setor de transportes durante o governo de Nereu Ramos, no ano de 1936, foi elaborado o primeiro Plano Rodoviário Estadual, que definiu as áreas prioritárias de investimentos, classificando as estradas de primeira e segunda classe (SANTA CATARINA, 1940). No setor privado de telefonia a Companhia Telefônica Catarinense, fundada em 1927, nos anos de 1930, ampliou consideravelmente suas linhas, integrando Florianópolis ao litoral sul, planalto serrano e planalto norte (SANTOS, 2013). E por fim, no setor elétrico a criação da Empresa Sul Brasileira de Eletricidade em 1929, localizada em Joinville, e que se estendeu por todo o litoral e planalto norte, constitui-se numa grande organização empresarial com capacidade de planejar e imprimir novos ritmos ao setor elétrico catarinense (FICKER, 2008).

Conforme analisado por Goularti Filho (2017), a expansão da rede de telégrafos em Santa Catarina obedeceu à mesma lógica da ocupação demográfica do território. Com a construção da linha sul ligando Rio de Janeiro a Porto Alegre, entre 1866 e 1867, foram inauguradas as estações de Laguna, Desterro e São Francisco. Do litoral partiram as principais redes em direção ao interior catarinense. Lages é alcançada em 1896; Campos Novos, em 1903; e Xanxerê, em 1929. No território contestado entre Paraná e Santa Catarina, que compreendia todo o oeste barriga-verde, a introdução dos serviços postais e telegráficos constituía-se em um elemento determinante para o governo catarinense demarcar as fronteiras a seu favor. A presença dos correios e dos telégrafos adensava o Estado no território e garantia à população local que ela não estava desassistida. Em 1930, quase todo o território catarinense estava atendido com estações de telégrafos e agências de correios.

Segundo Goularti Filho (2016), entre 1867 e 1930, destacam-se quatro momentos que demonstram o movimento de adensamento do Estado no território e na formação de um sistema regional de economia em Santa Catarina a partir dos serviços telegráficos:

- Litoralização militar: como resultado de uma estratégia militar imposta pelo Império (Guerra do Paraguai de 1865-1870).
- Interiorização restrita: expansão até Lages e Campos Novos para demarcar a disputa territorial com o Paraná.
- Expansão colonial: expansão das linhas até os núcleos coloniais para criar condições favoráveis à manutenção dos imigrantes nas áreas de colonização.
- Interiorização ampla: expansão para o “grande oeste catarinense” como resultado do Acordo de Limites e das frentes pioneiras.

Esse movimento assume formas e magnitudes diferenciadas pós-1930. Se antes a tônica era a expansão e a interiorização acelerada, no momento seguinte temos uma *expansão reduzida e inflexão dos investimentos*. Houve *expansão* porque foram construídas novas linhas no interior do Estado. A *inflexão* ocorreu em função do melhor aproveitamento das estações e linhas instaladas.

Observando as três primeiras décadas do século XX, tivemos dois momentos em que houve um crescimento mais expressivo no número de estações telegráficas inauguradas: entre 1902 e 1906 (sete estações) e entre 1927 e 1930 (27 estações). Ambos os períodos coincidem com a presença de um catarinense no comando do Ministério da Viação e Obras Públicas: Lauro Müller, de 15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906, e Victor Konder, de 15 de novembro de 1926 a 24 de outubro de 1930. Lauro Müller havia sido eleito governador em 1902 pela quinta vez, mas logo renunciou para Vidal Ramos, seu vice, assumir e, em seguida, partiu para a capital federal para tomar posse no ministério. E quando Victor Konder foi ministro, seu irmão Adolfo Konder foi governador de Santa Catarina.

Os telégrafos começaram a perder espaço para a telefonia, porém continuava sendo uma opção disponível para estabelecer comunicações de média e longa distância. Em função de arrefecimento da economia brasileira no começo dos anos de 1930, houve baixo investimento em nível nacional no DCT, que repercutiu na diretoria em Santa Catarina.

4. Expansão reduzida e inflexão dos investimentos em Santa Catarina

Neste item analisaremos o movimento geral da expansão reduzida e da inflexão dos investimentos nos serviços dos telégrafos em Santa Catarina entre os anos de 1930 e 1945, que compreende o governo de Getúlio Vargas no Brasil. Serão analisados três tópicos em separados: a expansão das linhas, agências e seções (material); o movimento financeiro representado pelas receitas e despesas (financeiro); e as relações de trabalho e a participação da DCT/SC na economia catarinense (humano). A principal fonte utilizada para escrever o núcleo central do artigo foram os relatórios do Departamento dos Correios e Telégrafos entre 1930 e 1941, todos disponíveis na Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, foi suspensa a publicação dos relatórios das autarquias e ministérios. Alguns dados desse período só estavam disponíveis em relação ao Brasil no Anuário Estatístico do Brasil, publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 1946.

4.1. Expansão das linhas, agências e seções

Quando observamos a expansão das linhas de telégrafos em Santa Catarina no seu conjunto entre 1930 e 1941, comparando com a década de 1920, percebe-se que pouco se alterou. Na década anterior, a extensão da linha passou de 1.603.272 metros em 1920 para 3.668.441 em 1929, ou seja, mais que dobrou no período, concentrando nos últimos três anos o momento de maior expansão. Em 1930, a rede catarinense de telégrafo contava com 3.498.449 metros, passando para 3.515.011 em 1941. No entanto, quando observamos o “desenvolvimento” da linha, que compreende o aumento da capacidade e a qualidade para a transmissão dos dados, há uma melhora significativa comparada com a extensão, passando de 5.735.458 metros em 1931 para 6.117.348 metros em 1941, um acréscimo líquido de 381.890 metros. Os

investimentos no “desenvolvimento” da linha eram mais frequentes, pois as mudanças tecnológicas que ocorriam no sistema de transmissão e nos instrumentos de geração dos dados exigiam melhoramentos nas linhas, por exemplo, com a introdução do sistema de código Baudot. Esse panorama geral do período nos leva a concluir que o movimento de *expansão* foi seguido de uma *inflexão*.

Esse ritmo de crescimento desacelerado na extensão da linha e um pouco mais acelerado no “desenvolvimento” também pode ser observado na rede nacional de telégrafo. Em 1920, a rede nacional tinha uma extensão de 44.447 quilômetros, passando para 57.618 quilômetros, representando um aumento de 29,63%, muito inferior ao aumento de 128,82% na rede catarinense. No “desenvolvimento” da linha do sistema nacional de telégrafo, nos anos de 1920, o aumento foi de 40,46%. Na década seguinte, a rede nacional aumentou apenas 3,85% e a catarinense, 7,38%.

Tabela 1: Extensão da linha de telégrafos em Santa Catarina e Brasil 1930-1945

Ano	Santa Catarina (m)		Brasil (km)	
	Extensão	Desenvolvimento	Extensão	Desenvolvimento
1930	3.498.449		58.948	114.475
1931	3.579.537	5.735.458	59.248	113.863
1932	3.735.458		60.013	114.756
1933	3.265.890	5.735.458	59.682	115.969
1934		5.473.282	58.718	113.895
1935		5.369.261	60.486	117.739
1936		5.369.261	60.928	118.535
1937		5.245.000	61.434	119.973
1938		5.395.000	61.801	121.022
1939	3.527.167	6.159.289	61.223	124.867
1940	3.546.793	5.958.022		
1941	3.515.011	6.117.348		
1944			65.499	138.537
1945			65.658	139.169

Fonte: Relatórios da Diretoria de Correios e Telégrafos, 1930-1941; IBGE, Anuário Estatístico dos Brasil, 1946.

A explicação para essa redução no ritmo de expansão e inflexão da rede de telégrafos tanto em Santa Catarina, como no resto do País, se encontra na concorrência que os telégrafos começaram a enfrentar de forma mais consistente com a telefonia e a radiotelegrafia. A pergunta que se fazia era a seguinte: compensava realizar novos investimentos nesse meio de comunicação que começava a se tornar obsoleto diante das novas tecnologias que rapidamente eram colocadas à disposição? A comunicação de curto e médio alcance estava sendo substituída pela telefonia, a de longo alcance combina a radiotelegrafia e os telégrafos. Contudo, a comunicação do Brasil com o exterior, inclusive com seus vizinhos fronteiriços, era toda realizada pela telegrafia. O telégrafo de longa distância continuou sendo largamente utilizado até os meados dos anos de 1960, e em alguns casos até o início da década de 1970.

No ano de 1930, que ainda manteve o ritmo acelerado de expansão das linhas que se iniciaram em 1927, foram inauguradas as linhas entre Porto União e Joaçaba, com 33.528 metros; Joaçaba e Itá, 24.066 metros; Barracão a Rio do Sul, 48.460 metros; e Major Vieira a Papanduva, 48.460 metros. Em Florianópolis foi estabelecida uma comunicação entre a Capitania dos Portos com a Base da Aviação Naval, numa extensão total de 13.450 metros.

Portanto, apenas no ano de 1930 foram acrescidos na rede catarinense 167.964 metros distribuídos entre Planalto Norte, Meio Oeste, Vale do Itajaí e capital. Em 1932 foram reconstruídas as linhas de Herval do Oeste a Curitiba, Porto União a Canoinhas e Joinville a Jaraguá do Sul; em 1934 a linha entre Joinville e Morretes, no Paraná, também foi reconstruída. Somente em 1937 que houve nova expansão, com a construção da linha entre Alfredo Wagner e Ituporanga, no Vale do Itajaí, com 30.700 metros. No ano seguinte entrou em operação a linha Paineira a Santana, no Planalto Serrano, com 26.000 metros. E por fim, em 1939, no Meio Oeste foi construída a linha entre Concórdia e Lajeado, com 38.000 metros. Nesse mesmo ano de 1939, foi duplicada a linha entre Jaraguá do Sul e Blumenau. No ano seguinte foi aberto um novo traçado entre Lages e Vacarias, no Rio Grande do Sul, numa extensão de 79.624 metros, cuja linha anterior, inaugurada em 1905 e duplicada em 1929, tinha 97.690 metros. Por fim, em 1941, foi duplicada a linha entre Tijucas e Nova Trento, com 33.000 metros. Em síntese, observamos um movimento que começou acelerado em 1930, reduziu seu ritmo de crescimento nos anos seguintes e começou a se inflexionar no final da década.

Quadro 1: Expansão e melhoramentos das linhas de telégrafos em Santa Catarina 1930-1941

Ano	Linha	Extensão (m)	Observação
1930	Porto União a Bom Retiro do Cruzeiro (Joaçaba) (até Galícia)	33.528	
	Cruzeiro (Joaçaba) a Itá	24.066	
	Barracão (Brusque) a Rio do Sul	48.460	
	Colônia Vieira (Major Vieira) a Papanduva	48.460	
	Capitania dos Portos a Base da Aviação Naval	13.450	
1932	Torres a Joinville		Reconstrução
	Herval a Curitiba		Reconstrução
	Porto União a Canoinhas		Reconstrução
	Joinville a Jaraguá do Sul		Reconstrução
1934	Joinville a Morretes		Reconstrução
1937	Jararaca (próximo a Alfredo Wagner) a Salto Grande do Ituporanga	30.700	
1938	Paineira a Santana	26.000	
1939	Lajeado (Xanxerê) a Concórdia	38.000	Duplicação
	Jaraguá do Sul a Blumenau		
1940	Lages a Vacarias	79.624	Novo traçado
1941	Tijucas a Nova Trento	33.000	Duplicação

Fonte: Relatórios da Diretoria de Correios e Telégrafos, 1930-1941.

Mesmo com o aumento na extensão da linha, não foram criadas novas seções (divisão regional que agrega estações e linhas). Em 1930, havia em Santa Catarina 12 seções e cem trechos, o que correspondia a diversas linhas que integravam grandes extensões até linhas menores entre centros urbanos próximos. Em 1940, foi suprimida apenas uma seção, no entanto

o número de trechos aumentou para 132, dos quais, além das novas linhas construídas, também fazem parte as ligações urbanas de médio alcance.

Ao mesmo tempo em que eram construídas novas linhas em Santa Catarina, também se inauguravam estações telegráficas. Após os anos de 1920, era comum disponibilizar nas estações os serviços de telefonia, que utilizava a mesma rede. Em 1931, foram inauguradas a estação de Itapiranga, no extremo oeste, próximo à fronteira com a Argentina, além das estações telefônicas em Nova Galícia (próximo a Porto União), Nova Breslau (Presidente Getúlio), Herval (Limeira), São Martinho, Azambuja (Treze de Maio), Paraguassu (Itaiópolis), Adolpho Konder e Timbó. Em 1934, junto as estações telegráficas foram instaladas os serviços telefônicos em Mãe Luzia, Ponte Alta do Sul, Treze de Maio, Volta Grande e Hansa. Em 1938, entrou em operação a estação telegráfica de Santana e, em 1941, as de Barra do Leão e Pomerode. Em função da expansão acelerada da telefonia, que demandava novos investimentos do Ministério da Viação e Obras Públicas, a partir dos anos de 1930, as comunidades solicitavam a abertura de postos ou estações telefônicas, levando à desativação de algumas estações telegráficas. Em 1930, devido à expansão do final da década anterior, havia em Santa Catarina 57 estações de telégrafos espalhadas por todo o território catarinense, integrando o litoral à fronteira com a Argentina. Em 1939, dentro do processo de inflexão dos investimentos, esse número caiu para 43, o que não significou um aumento no isolamento das comunidades mais distantes da capital e dos centros urbanos maiores, até porque ampliava as linhas e a disponibilidade dos serviços telefônicos. Observando o total de agências e estações controladas pelo Departamento de Correios e Telégrafos em Santa Catarina, que inclui postal, telegráfica, radiotelegrafia e telefônica, entre 1931 e 1938, houve uma expansão de 188 unidades para 225, respectivamente, refletindo o aumento do sistema de comunicações em Santa Catarina, que avançava com mais ênfase em direção ao oeste. No entanto, no ano seguinte, em 1939, foram fechadas 35 unidades do DCT em Santa Catarina.

Tabela 2: Número de agências do DCT/SC, seções, trechos e estações e da Diretoria Técnica de Telégrafos em Santa Catarina 1930-1940

Ano	Agências DCT/SC	Estações de Telégrafo/SC	Seção/SC	Trechos/SC	Agências DCT/Brasil
1930			12	100	4.756
1931	188	58	12	100	4.670
1932	219	52	11	126	4.638
1933	219	51	11	126	4.632
1934	219	46	11	125	4.613
1935	221	49	11	125	4.602
1936	220		11	125	4.626
1937	225	48			4.722
1938	225	48			4.726
1939	190	43			4.688
1940			11	132	

Fonte: Relatórios da Diretoria de Correios e Telégrafos, 1930-1940.

Esse mesmo movimento de crescimento mais lento na abertura de novas estações telegráficas, inclusive com o fechamento de algumas, na verdade seguiu a tendência nacional. Em 1930, havia 4.756 estações em todo o território nacional, que cobriam todos os Estados desde o extremo sul do Rio Grande do Sul, até Rio Branco, no Acre, e Manaus, no Amazonas. A ligação das duas grandes áreas no País (Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste, sob responsabilidade do DCT, com o Norte, controlado pela *Amazon Telegraph Company*) já estava toda integrada e as linhas já estavam em pleno funcionamento. A epopeia Cândido Rondon, entre 1907 e 1915 na construção da linha até Rondônia, finalmente colocava o Rio de Janeiro em comunicação direta com quase todos os municípios brasileiros. No entanto, os novos meios de comunicação, sobretudo nos centros mais populosos, deslocavam os telégrafos da prioridade de investimento, o que levou a uma redução, em nível nacional, no número de estações telegráficas. Ao longo do período analisado, 1930–1945, foram fechadas no País 316 agências telegráficas. Portanto, a redução no número de estações em Santa Catarina seguiu a tendência nacional, o que nos leva a concluir que esta inflexão fazia parte de uma política deliberada do DCT.

Tabela 3: Movimento de telegramas no Brasil e em Santa Catarina 1930-1945

Ano	Santa Catarina		Brasil (mil)
	Transmitido	Recebido	Transmitido
1930	149.775		5.537
1931	203.061		7.107
1932			8.078
1933	278.460	343.483	8.556
1934	311.504	340.075	8.872
1935	259.925	319.954	9.870
1936	329.836	319.954	10.470
1937	261.614	401.210	10.604
1938	349.221	472.320	10.859
1939	391.247	828.970	10.712
1940	330.886		12.392
1941	372.667		13.109
1942			15.437
1943			18.142
1944			21.234
1945			25.131

Fonte: Relatórios da Diretoria de Correios e Telégrafos, 1930-1941; IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1946.

O alargamento da divisão social do trabalho, o crescimento demográfico e a sobreposição das diversas camadas geoeconômicas promovem um maior adensamento do Estado no território catarinense, cuja consequência nos meios de comunicação é a circulação de mais dados e informações. Mesmo com a redução no número de estações telegráficas, houve um aumento no número de telegramas transmitidos em Santa Catarina. Em 1930, foram transmitidos 149.775 telegramas, passando para 259.925 em 1935 e 372.667 em 1941, ou seja, um crescimento de 148,82% no período. Na curta série que temos de telegramas recebidos entre 1933 e 1939, também podemos observar o aumento exponencial de dados e informações que chegavam até Santa Catarina. Em 1933, foram recebidos 343.483 telegramas, saltando para 828.970 em 1939, outro aumento significativo de 141,34%. Esse aumento na transmissão e no recebimento era amparado pela maior disponibilidade de novas linhas e trechos construídos por

toda Santa Catarina, sobretudo no final dos anos de 1920. O mesmo aconteceu em âmbito nacional, em que o número de telegramas transmitidos entre 1930 e 1945 aumentava em média ao ano 9,72%, passando de 5.537 mil em 1930, para 25.131 mil em 1945. Esses dados também revelam que, mesmo com o avanço do rádio e da telefonia, o telégrafo continuava sendo um importante meio de comunicação. A popularização do telefone avançava de forma mais acelerada nos principais centros urbanos, mas a comunicação entre Florianópolis com as cidades do Oeste, Planalto Norte e Planalto Serrano, em larga medida, continuava sendo realizada por meio dos fios do telégrafo. A introdução do sistema de código *Baudot* e do teletipo dava sobrevida ao centenário telégrafo.

4.2.Receita e despesa: a persistência dos déficits

Seguindo a trajetória de acúmulo de déficits constantes que atravessou todo o século XIX e continuou persistindo nas três primeiras décadas do século XX, os anos compreendidos entre 1930 e 1940 foram todos deficitários para o DCT de Santa Catarina. Mesmo que no período analisado as receitas tenham aumentado 3,2 vezes e as despesas 2,08 vezes (desconsiderando a inflação), a entrada de mais recursos financeiros não foi suficiente para evitar os déficits. As receitas cresceram em média 16,19% ao ano, enquanto as despesas, 12,44%. Esse crescimento positivo das receitas contribuiu para que os déficits seguissem uma trajetória com pouca variação, sobretudo após 1936, quando os déficits diminuíram em relação à receita e houve uma melhora na relação receita/déficit, mais que dobrando em relação ao início da década. Mesmo assim, os déficits eram persistentes. Em 1930, o déficit foi de 1.144:934\$375 e, em 1940, o resultado negativo foi de 1.376:402\$300. Houve ano em que o resultado negativo do DCT em Santa Catarina foi muito alto em relação às receitas, como no ano de 1933, que atingiu a cifra de 2.125:410\$000. Em boa medida, esse movimento de resultados negativos constantes em Santa Catarina estava dentro do esperado pelo DCT em nível nacional, pois esta também era uma realidade nos demais Estados da federação.

Na tabela abaixo podemos acompanhar a trajetória financeira do DCT em Santa Catarina, que além das receitas, despesas e resultado financeiro, também destaca a relação entre a receita/déficit, o crescimento anual e médio das receitas e despesas e o índice de liquidez corrente. Quando observamos a trajetória do índice de liquidez corrente percebe-se uma melhora considerável, que saiu de uma média de 0,47 nos primeiros seis anos para 0,69 pós-1935. Podemos conjecturar que a melhora está associada à ampliação dos serviços telegráficos via construção e renovação de algumas linhas, isto possibilitou um aumento considerável no número de telegramas enviados e recebidos, algo próximo ao "ganho de produtividade".

Tabela 4: Movimento financeiro da DCT/SC 1930-1940 (em Réis)

Ano	Receita da DCT/SC	Despesa da DCT/SC	Déficit	Receita da DTT/SC
1930	878:994\$154	2.023:928\$529	-1.144:934\$375	
1931	712:626\$706	1.697:612\$781	-984:986\$075	
1932	1.426:266\$800	3.322:900\$600	-1.896:633\$800	
1933	1.754:933\$600	3.880:343\$600	-2.125:410\$000	
1934	1.399:851\$000	2.480:348\$600	-1.080:497\$600	589:810\$300
1935	1.808:914\$300	3.422:779\$300	-1.613:865\$000	741:628\$400
1936	2.195:609\$800	3.450:085\$700	-1.254:475\$900	811:927\$000
1937	2.389:000\$000	3.049:000\$000	-660:000\$000	871:414\$000

1938	2.778:000\$000	4.075:000\$000	-1.297:000\$000	835:298\$600
1939	2.942:289\$900	4.216:368\$100	-1.274:078\$200	951:556\$000
1940	2.833:622\$700	4.210:025\$000	-1.376:402\$300	1.014:465\$200

Fonte: Relatórios da Diretoria de Correios e Telégrafos, 1930-1941.

Para termos uma dimensão do impacto gerado na economia catarinense da movimentação financeira do DCT/SC, elaboramos uma correlação com a trajetória de receita e despesas dos municípios catarinenses para o mesmo período. Nesse momento, havia em Santa Catarina 44 municípios e 158 distritos, com uma população total estimada para o ano de 1937 de 1.038.678 de habitantes (SANTA CATARINA, 1938). Todos os recursos arrecadados e gastos pelas prefeituras catarinenses para atender às diversas demandas econômicas e sociais dos seus munícipes residentes nas cidades, distritos e vilas é algo relevante para a expansão da renda estadual, portanto, uma correlação plausível que revela o efeito multiplicador que a movimentação da DCT proporcionava em Santa Catarina.

Quando observamos a trajetória e a média da relação entre as receitas de ambos os agentes (prefeituras e DCT/SC), percebe-se que não há uma tendência definida, mas sim momentos de crescimento e de recuo. Contudo, quando tomamos como referência a média da relação entre as receitas, temos um índice de 18,16%. Ou seja, somando todo o esforço tributário das prefeituras municipais em aumentarem suas receitas, o DCT/SC, uma única empresa pública presente em todos os municípios e alguns distritos com apenas uma agência ou posto, arrecadava 18,16% do volume total das receitas municipais catarinenses. Houve ano, 1933, em que a receita do DCT/SC chegou a representar 23,66% das receitas municipais.

No entanto, quando observamos a relação entre as despesas dos dois agentes, o resultado é revelador. As despesas implicam em gastos, seja na forma de custeio ou capital, portanto tem impacto direto na movimentação da economia local, regional e estadual. A média para os 10 anos disponíveis na série analisada é de 33,48%. Isto é, o DCT/SC realiza gastos muito superiores a diversos municípios catarinenses. Entre os anos de 1932 e 1935, a média foi de 42,44%, sendo que no ano de 1933, o DCT/SC realizou uma despesa que chegou a representar 51,83% de todas as despesas realizadas pelas prefeituras.

Essa correlação nos permite deduzir o alto grau de relevância que o DCT/SC tinha para a economia estadual, sobretudo quando analisamos seus gastos totais. Uma única empresa que tinha alta capacidade de multiplicar renda e investimento. Seja na forma de pagamento de salários e aluguéis, na aquisição de materiais e na contratação de serviços (custeio), na abertura de novas agências telegráficas, postais e telefônicas ou na construção e ampliação das linhas telegráficas (capital).

Tabela 5: Panorama financeiro da Diretoria dos Correios e Telégrafos de Santa Catarina 1930-1940

Ano	DCT-SC/Finanças Municipais (%)		Relação Receita/Déficit (%)	Taxa anual de crescimento (%)		Índice de liquidez corrente	Receita do DTT/Receita DCT (%)
	Receita/Receita	Despesa/Despesa		Receita	Despesa		
1930	13,47	30,31	0,77			0,43	
1931	9,93	23,61	0,72	-18,93	-16,12	0,42	

1932	19,79	47,26	0,75	100,14	95,74	0,43	
1933	23,66	51,83	0,83	23,04	16,78	0,45	
1934	17,81	30,36	1,30	-20,23	-36,08	0,56	42,13
1935	21,85	40,29	1,12	29,22	38,00	0,53	41,00
1936	20,96	34,41	1,75	21,38	0,80	0,64	36,98
1937	19,94	25,13	3,62	8,81	-11,63	0,78	36,48
1938	18,39	28,38	2,14	16,28	33,65	0,68	30,07
1939	15,79	23,25	2,31	5,91	3,47	0,70	32,34
1940				-3,69	-0,15	0,67	35,80
Média	18,16	33,48	2,06	16,19	12,45	0,57	36,40

Fonte: Relatórios da Diretoria de Correios e Telégrafos, 1930-1940.

Especificamente para a DTT em Santa Catarina, na série histórica disponível, temos apenas as rendas obtidas entre os anos de 1934 e 1940, que nos permite ter uma noção para todo o período. No volume total das receitas do DCT/SC, a DTT/SC responsável por aproximadamente 36,4% das rendas, ficando o restante para as rendas provenientes da DTC/SC, cuja estrutura física era maior, porém o número de trabalhadores era menor.

Como as despesas sempre superavam as receitas e os resultados negativos eram cobertos pelo Tesouro Nacional. Podemos afirmar que os déficits eram internalizados nas diversas regiões e na totalidade da economia catarinense por meio da melhoria dos serviços de comunicação. Além da sua multiplicidade de uso, temos que entender que os telégrafos eram uma importante ferramenta de divulgação e recepção de informações utilizadas pelas empresas para realizarem seus negócios. Portanto, os telégrafos também eram fator de acumulação, mantido pelo Tesouro Nacional. Sendo assim, ao cobrir o déficit, o Tesouro indiretamente também transferia recursos para a valorização do valor.

4.3. Trabalhadores e a DCT/SC

Quando comparamos as despesas realizadas pelo DCT/SC com o total das despesas realizadas pelos 44 municípios catarinenses nos anos de 1930, percebemos o alto grau de significância que a estatal de comunicações exercia na economia catarinense por meio de seus gastos com custeio e capital. O mesmo podemos concluir quando observamos a trajetória no número de trabalhadores vinculados aos serviços telegráficos. Quando agregamos a essa análise os trabalhadores dos correios, ou seja, o total do DCT/SC, comparando com outros setores da economia catarinense, novamente os serviços de comunicações revelam o seu alto grau de relevância para a sociedade e a economia regional.

Na tabela abaixo podemos observar a evolução do número de trabalhadores nos serviços de telégrafos e postais em Santa Catarina entre 1930 e 1939. Percebe-se que há uma pequena variação no período, que de certa forma acompanha o movimento de *expansão reduzida e inflexão* dos investimentos do DCT/SC. Nos serviços telegráficos em 1933 havia 596 trabalhadores, reduzindo para 556 em 1939; nos correios, em 1932, havia 277 trabalhadores, número reduzido para 269 em 1939. Essa leve redução acompanhou o fechamento de algumas estações telegráficas e a modernização dos seus equipamentos. Contudo, o número de

telegramas emitidos aumentava independentemente da inflexão ocorrida nos serviços telegráficos. Houve um ganho de produtividade baseado na manutenção no número de trabalhadores, portanto uma sobre-exploração do trabalho do pessoal da DCT/SC.

Tabela 6: Número de trabalhadores da Diretoria dos Correios e Telégrafos de Santa Catarina e a relação com telegramas emitidos 1930-1939

Ano	DTC/SC	DTT/SC	DCT/SC	Telegramas emitidos por trabalhadores da DTT/SC
1930			823	
1932	277			
1933	277	596	873	467
1934	276	556	832	560
1935	278	544	822	478
1936	278	550	828	600
1937	280	578	858	453
1938	280	558	838	626
1939	269	556	825	704

Fonte: Relatórios da Diretoria de Correios e Telégrafos, 1930-1939.

De acordo com o Censo Econômico de Santa Catarina de 1940, a indústria metalúrgica empregava nesse ano 866 trabalhadores; a mecânica, 462; a química, 398, e a de papel e papelão, 255 trabalhadores (BRASIL, 1952). Todos eram setores relevantes no conjunto da indústria catarinense. Enquanto apenas a DCT/SC em 1939 empregava 825 trabalhadores e realizou um gasto de 4.216:368\$100.

Outra comparação que revela o impacto que a DCT/SC tinha na economia catarinense – por exemplo, no pagamento de salários – está no número de servidores públicos que a administração pública do governo estadual empregava. Em 1938, o governo estadual empregava 2.618 trabalhadores em todas as repartições públicas, enquanto apenas a DCT/SC empregava 838 trabalhadores (SANTA CATARINA, 1940). Portanto a DCT/SC, cujos trabalhadores eram todos vinculados ao Ministério da Viação e Obras Públicas, representava 32,0% do total dos servidores públicos estaduais. Se desagregarmos a Diretoria Técnica de Telégrafos, este percentual continua significativo, 21,31%, para uma única repartição pública. Portanto, os serviços de telégrafos, por meio da DCT/SC, eram responsáveis por um considerável efeito multiplicador na economia catarinense. Seja por meio de novos investimentos (expansão ou melhoramentos das linhas) ou pelo pagamento de salários.

Nos anos de 1930, a única empresa catarinense que gerava mais emprego que a DCT/SC era a Fábrica de Tecido Carlos Renaux, em Brusque, que chegou a empregar 852 trabalhadores em 1935. Não havia nenhuma empresa no setor carbonífero no sul do Estado, no complexo ervateiro no planalto norte ou na indústria metalúrgica em Joinville que empregasse mais que a DCT/SC, ou até mesmo a Diretoria Técnica de Telégrafos (GOULARTI FILHO, 2016).

5. Considerações finais

Se ao longo do período que compreende desde a instalação dos serviços de telégrafos em Santa Catarina, 1867, até o ano de 1930, foi possível observar um movimento contínuo de expansão acelerada da estrutura física e humana (linhas, agências e trabalhadores), que resultou numa litoralização e interiorização da telegrafia em Santa Catarina, no período entre 1930 e 1945,

houve uma *expansão reduzida* dos investimentos nos anos de 1930 e uma *inflexão* a partir do final da década e início dos anos de 1940.

O movimento de expansão reduzida no início da década de 1930 acompanhou o ritmo acelerado que ocorreu pós-1927. Ao longo da década foram construídas e melhoradas algumas linhas, porém em menor proporção, comparando com a década anterior. Houve inflexão porque foram fechadas algumas agências, manteve-se o quadro de trabalhadores e diminuíram-se os investimentos na construção e melhoramentos de linhas. Ambos os movimentos não significaram que houve retrocesso na telegrafia em Santa Catarina. A inflexão resultou apenas na maior concentração dos investimentos onde já havia a presença da DTT/SC.

Como ocorreu um alargamento na divisão social do trabalho em um crescimento demográfico em Santa Catarina entre 1930 e 1945, naturalmente aumentou a demanda pelos serviços telegráficos, sobretudo onde a telefonia ainda não era presente. Com uma oferta mais rígida e um aumento na demanda, a solução era sobre utilizar a capacidade instalada. Essa situação se revela quando observamos o aumento no volume de telegramas emitidos e recebidos.

Ampliando o olhar sobre o sistema de comunicação, a pressão sobre os telégrafos nos centros urbanos era atenuada com a expansão dos serviços telefônicos que estavam sob o comando da Companhia Telefônica Catarinense.

6. Fontes

Livros

BRITO, Maurílio. *Subsídios para a história da telefonia no Brasil*. Rio de Janeiro: NEC do Brasil, 1976.

DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FICKER, Carlos. *História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca*. Joinville: Letradágua, 2008.

GERSCHENKRON, Alexander. *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2015.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

_____. Agências e linhas dos correios na integração do território catarinense no século XIX. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol.47, n.2, p.395-428, abr.-jun. 2017.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

SANTOS, André Luiz. *O desenvolvimento da telefonia em Santa Catarina: das linhas às redes*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

Relatórios, leis e anuários

BRASIL. *Coleção de leis dos Estados Unidos do Brasil de 1931*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/republica/colecao5.html>> Acesso em maio de 2017

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS. *Relatório das Extintas Diretoria Geral dos Correios e Repartição Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1931, apresentado pelo diretor geral Tenente Coronel João de Mendonça Lima ao Ministro da Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1932.

_____. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1932, apresentado pelo diretor geral Adroaldo Tourinho Junqueira Ayres ao Ministro da Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1933.

_____. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1933, apresentado pelo diretor geral Leonidas de Siqueira Meneses ao Ministro da Viação e Obras Públicas João Marques dos Reis*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1934.

_____. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1934, apresentado pelo diretor geral Leonidas de Siqueira Meneses ao Ministro da Viação e Obras Públicas João Marques dos Reis*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1935.

_____. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1935, apresentado pelo diretor geral Leonidas de Siqueira Meneses ao Ministro da Viação e Obras Públicas João Marques dos Reis*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1936.

_____. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1936, apresentado pelo diretor geral Leonidas de Siqueira Meneses ao Ministro da Viação e Obras Públicas João Marques dos Reis*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1937.

_____. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1937, apresentado pelo diretor geral Capitão Mário José de Faria Lemos ao Ministro da Viação e Obras Públicas General João de Mendonça Lima*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1938.

_____. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1938, apresentado pelo diretor geral Capitão Mário José de Faria Lemos ao Ministro da Viação e Obras Públicas General João de Mendonça Lima*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1939.

_____. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1939, apresentado pelo diretor geral Capitão Landry Sales Gonçalves ao Ministro da Viação e Obras Públicas General João de Mendonça Lima*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1940.

_____. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1940, apresentado pelo diretor geral Capitão Landry Sales Gonçalves ao Ministro da Viação e Obras Públicas General João de Mendonça Lima*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1942.

_____. *.. Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1941, apresentado pelo diretor geral Capitão Landry Sales Gonçalves ao Ministro da Viação e Obras Públicas General João de Mendonça Lima*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1943.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse estatística do estado*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1940.

_____. *Anuário estatístico do Brasil: ano VI-1941/1945*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946.

_____. *Censo demográfico e censos econômicos*: Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

REPARTIÇÃO GERAL DOS TELÉGRAFOS. *Memória histórica*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1909.

(*) alcides@unesc.net

Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico

UNESC/PPGDS

brazil stamps

Selos - Envelopes - Material filatélico

www.brazilstamps.com.br
contactbrazilstamps@gmail.com

ifsda
Int'l. Federation of Stamp
dealers' associations

A.B.C.F.
Associação Brasileira de
Filatelia

Caixa Postal: 248 - Juazeiro do Norte - CE - 63010-970 - Brasil (85) 9 9813-5016

Especialista em Filatelia Maçônica

“JOÃO PESSOA”

O bairro que mudou de nome

Luis Claudio Fritzen – Florianópolis, SC (*)

Estreito é um bairro da cidade brasileira de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. Está situado na porção continental do município, ao oeste, entre os bairros de Coqueiros, Capoeiras e Balneário e as baías Norte e Sul. O nome é devido a se localizar na parte mais estreita do mar que separa o continente da Ilha de Santa Catarina, onde se encontram as pontes Hercílio Luz, Colombo Salles e Pedro Ivo Campos.

Foi construído entre os anos de 1763 e 1793, uma pequena fortificação, o forte São João, para cruzar fogos com o forte Santana situado na face insular. Logo entraria em abandono.

Os navegadores estrangeiros dos séculos XVIII e XIX, que aportavam nas baías de Nossa Senhora do Desterro, são pródigos em relatar seus convívios com os moradores do “Estreito”, ou seja, aqueles estabelecidos na parte continental, em especial no caminho para a freguesia de São Jose da Terra Firme. Encontramos descrições dos cultivos variados e a produção de suas olarias.

Por se localizar na parte continental mais próxima à Ilha de Santa Catarina, era onde faziam a travessia do canal. Antes da construção da ponte Hercílio Luz (1926), dependendo das condições climáticas, os viajantes eram obrigados a aguardar até dias para atravessar o canal. Com isso, foram sendo instalados pequenos hotéis e pousadas.

Segundo o escritor Iaponan Soares, “o Estreito tornou-se local de concentração de produtos destinados ao abastecimento da ilha, e, também, para exportação, numa extensão do próprio porto da capital. A produção que vinha do interior consistia em feijão, arroz, milho, batatas, café, frutas, aves, ovos, carne seca e couros”.



Cartão Postal, início do século XX.
Imagem e peça do acervo do Autor.

Também havia um matadouro, criado em 1842, para o abate de reses e fornecimento de carne à população ilhoa. “A dificuldade de transportar o gado para o abate na ilha levou o presidente da Província a tomar essa deliberação de estabelecer ali um matadouro. A travessia muitas vezes era feita a nado, o que fazia com que muitas reses se perdessem no mar. Daí os habitantes locais receberem a alcunha de “Tripeiros”, numa alusão às partes menos nobres da alimentação que o bovino oferece”, conta Iaponan.

O local teve o nome de João Pessoa entre a data dos dias, 19 de junho de 1939 até o dia da criação do novo nome do bairro que agora seria incorporado como sendo bairro do município de Florianópolis no dia 24 de abril de 1944, na época anterior pertencente ao município de São José. E que depois mais tarde iria passar a pertencer ao município de Florianópolis no dia 24 de abril de 1944.

A incorporação de parte do território josefense a Florianópolis na verdade foi uma “devolução”: até 1833, Desterro ia da Ilha até o Planalto Serrano, em direção Oeste, e, além de São José, incluía São Miguel (hoje Biguaçu).

JOÃO PESSOA E SANTA CATARINA

João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (Umbuzeiro, 24 de janeiro de 1878 — Recife, 26 de julho de 1930) foi um advogado e político brasileiro. Era sobrinho de Epiácio Pessoa, presidente da República (1919-1922). Foi Auditor-Geral da Marinha, ministro da Junta de Justiça Militar,

ministro do Superior Tribunal Militar e presidente da Paraíba (1928-1930). Foi candidato em 1930 a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, mas perderam para a chapa governista, encabeçada por Júlio Prestes.

Seu assassinato por João Dantas, ocorrido em Recife enquanto ainda era governador, é considerado uma das causas da Revolução de 1930, que depôs o presidente Washington Luís e levou ao poder Getúlio Vargas. Apesar de não ter sido por motivos políticos, mas sim passionais, sua morte acabou sendo usada pelos apoiadores de Getúlio Vargas contra seu opositor Júlio Prestes, que havia ganho as eleições em março, deflagrando vários protestos políticos. Segundo Getúlio, as eleições haviam sido ganhas por Prestes de forma fraudulenta. Essa situação política, somada à crise financeira decorrente da depressão econômica mundial iniciada em 1929, terminaram por desencadear a Revolução de 1930.



Selo emitido em prol da Revolução de 1930, impressos na Lithografia do Globo de Porto Alegre, retratando Getúlio Vargas e João Pessoa. Imagem e peça do acervo do Autor.

Em 3 de outubro de 1930, irrompeu nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, o movimento revolucionário que levaria Getúlio Vargas ao poder. O governo de Santa Catarina hipotecou seu apoio a Washington Luiz.

Estava em Florianópolis o almirante Heráclito Belfort Gomes de Souza, com uma divisão naval composta de dois cruzadores e três destróieres. Além disso a capital catarinense era defendida pelo 14º BC, do Exército Brasileiro, e pelo 2º Batalhão de Infantaria da Força Pública.

Uma coluna de revoltosos, comandadas pelo general Assis Brasil, chegou em 20 de outubro, na porção continental de Florianópolis. A Usina de Imaruim, situada em São Jose, foi desligada e o fornecimento de energia elétrica para a Ilha de Santa Catarina foi interrompida. Houve bombardeios direcionados ao bairro do Estreito, pelos destróieres legalistas, e por tiros de canhão da Bateria de Artilharia da Costa. Houve combatentes feridos e muitos prejuízos materiais.

Os homens que guarneciam a ponte Hercílio Luz continuaram lutando até as quinze horas do dia 25 de outubro de 1930, pois não sabiam que o Presidente da República havia sido deposto no dia anterior. Foram adotadas medidas de represália ao último bastião de defesa da legalidade.

Foi somente quase nas vésperas das festividades do primeiro decênio do governo de Getúlio Vargas, que em homenagem velada, utilizando-se o símbolo do movimento revolucionário de 1930, que a partir de junho de 1939, que um dos bairros da então cidade de São Jose, passou a se chamar João Pessoa.



Selo em homenagem a Getúlio Vargas. Imagem e peça do acervo do Autor.

OS CORREIOS EM “JOÃO PESSOA”

Não temos a data da criação da agência dos Correios no bairro do Estreito, mas em 1928 já existia, como podemos observar do carimbo. Com a novel denominação, aquela agência foi “rebatizada” para João Pessoa, o que persistiu até pelo menos 1944.



Imagens e peças do acervo do Autor.

(*) afsc@afsc.org.br



Pomerode
Serviço Profissional e Especializado



SCAN ME



MOEDAS
+ de 3500 tipos diferentes

LOJA VIRTUAL



SCAN ME



SCAN ME



Instagram

 **(47) 999-739-925**

Agências Postais Imperiais catarinenses: uma atualização

Fábio Monteiro - Karlsruhe, Alemanha (*) (**)

O artigo “Agências Postais da Província de Santa Catharina durante o Império Brasileiro”, de Luis Claudio Fritzen e publicado no Boletim nº 56 da AFSC, em agosto de 2007, foi de grande valia para a elaboração dos volumes finais da **Carimbologia do Brasil Clássico**, publicados pela ArGe-Brasilien, entre 2019 e 2023. O presente texto pretende não só demonstrar sua gratidão pelo artigo acima citado, como também contribuir para uma atualização do mesmo, com base em pesquisas recentes.

A história dos serviços postais na província imperial de Santa Catarina já foi objeto de pesquisas (ver Bibliografia), mas ainda há muito a ser descoberto e registrado. É evidente que sua origem foi uma decorrência natural de três fatores: a povoação europeia no litoral; a circulação dos tropeiros entre Viamão (RS) e Sorocaba (SP) e vice-versa; e a necessidade de proteger (e eventualmente expandir) o território conquistado. Não é de se admirar, portanto, que as primeiras agências fossem criadas ao longo da costa, uma vez que o atual oeste catarinense, durante a primeira metade do século 19, fazia parte da capitania (depois: província) de São Paulo, como se vê no mapa abaixo.



Fig. 1: Villiers de l'Isle Adam: *Carta (...) da Provincia de Santa Catharina*, 1848.

É interessante observar que, no mapa, boa parte desse oeste catarinense não pertence nem à província paulista, nem à do Rio Grande do Sul. Essa “terra de ninguém”, aparentemente despovoada, com exceção da vila de Lages (desde 1820 pertencente a Santa Catarina) e da freguesia de Vacaria (na realidade, uma localidade gaúcha), foi alvo da cobiça de vizinhos argentinos e paranaenses, que culminaria na Guerra Civil do Contestado, no início do século 20.

Dito isso, passemos à listagem das agências. Depois de cada topônimo encontra-se o código da agência postal, conforme publicado na *Carimbologia do Brasil Clássico* (2019-2023) e no meu blog *Picote & Filigrana*, onde cada agência é acessível por meio do motor de busca, a partir do código.

Para as demais abreviaturas, consulte a lista antes da Bibliografia. Aqui estão também as atuais agências catarinenses de Chapecó e Xanxerê, apesar de ambas, durante o Império, pertencerem à província do Paraná.

Araranguá (ASC-0005)

04.05.1848: Freguesia de N. Sra. Mãe dos Homens de Araranguá, da vila de Laguna (Lei Prov./SC 272)

19.03.1864: Freguesia de Campinas (Lei Prov./SC 532)

03.04.1880: Vila de Araranguá (Lei Prov./SC 901)

DCA: 1877 (ACI85)

Azambuja (ASC-0315)

18.04.1877: Colonia de imigrantes italianos, de S. Marcos de Azambuja

02.10.1888: Ex-colônia da freguesia de Pedras Grandes, mun. de Tubarão (Lei Prov./SC 1.220)

08.01.1900: Distrito do mun. de Tubarão (Lei Mun. 26)

20.12.1961: Distrito do mun. de Pedras Grandes (Lei Est./SC 804)

DCA: 1880 (ACI85, *O Despertador*, 01.05.1880) – 05.09.1887 (*Jornal do Commercio*/RJ, 06.09.1887); agência transferida para Urussanga e reaberta em 02/1898 (*Gazeta de Noticias*/RJ, 13.02.1898).

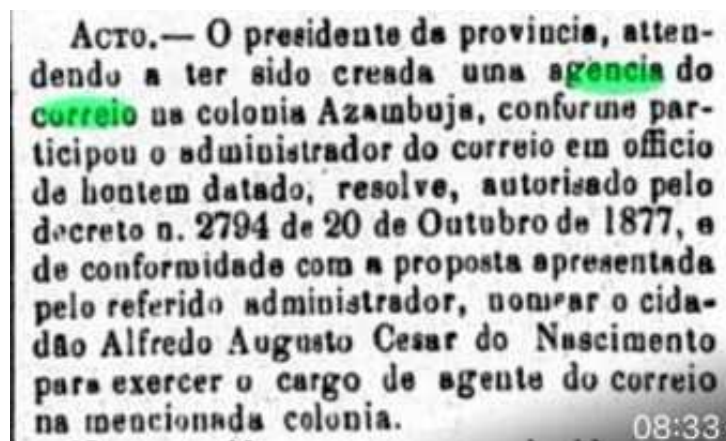


Fig. 2: *O Despertador*, 01.05.1880

Barra Velha (BSC-0015)

Freguesia de S. Pedro d'Alcantara da Barra Velha, mun. de S. Francisco

05.04.1876: Freguesia da vila de Paraty (Lei Prov./SC 797)

31.12.1943: Distrito do mun. de Araquari (Decreto-Lei Est./SC 941)

30.11.1961: Município (Lei Est./SC)

DCA: 1875 (RPP 03/1876, ACI85)

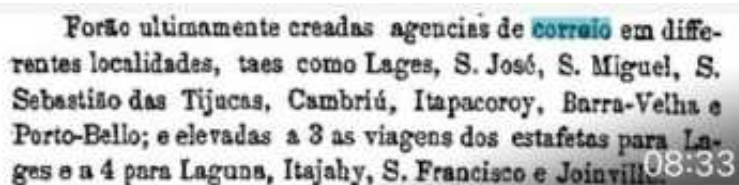


Fig. 3: RPP, março de 1876

Biguassu (BSC-0020)

Povoação de S. João Evangelista da Foz do Biguassu, da vila de S. Miguel

05.08.1886: Vila (Lei Prov./SC 1.902)

1888: Distrito da vila de S. Miguel

22.04.1894: Vila de Biguassu (Decreto Est./SC 183)

DCA: ca. 1886 (RK)

Blumenau (BSC-0025)

02.09.1850: Colônia alemã Blumenau, vila de Itajahy

30.07.1873: Freguesia (Lei Prov./SC 694)

04.02.1880: Vila (Lei Prov./SC 860)

28.07.1894: Cidade (Lei Est./SC 197)

DCA: 02.11.1874 (LCF) Antes da DCA: cartas de colonos, conduzidas através do cônsul alemão.

Brusque (BSC-0030)

20.08.1860: Colônia Itajahy, de imigrantes alemães

31.07.1873: Distrito do mun. de Itajahy (Lei Prov./SC 693)

23.03.1881: Vila (Lei Prov./SC 920)

17.01.1890: Vila de Brusque (Decreto Est./SC 77)

23.09.1916: Cidade (Lei Est./SC 1.123)

DCA: 22.12.1875 (LCF, RK)

Camboriú (CSC-0035)

26.04.1849: Freguesia de N. Sra. do Bom Sucesso de Camboriú, da vila de Itajahy (Lei Prov./SC 292)

05.04.1884: Vila (Lei Prov./SC 1.076)

DCA: 1830 (LCF), 15.09.1875 (RK, RPP 03/1876, ver fig. 3)

Campo Bom (CSC-0040)

1869: Povoação de Campo Bom, da vila de Laguna

05.03.1880: Freguesia de N. Sra. das Dores de Jaguaruna (Lei Prov./SC 877)

06.01.1891: Vila (Decreto Est./SC 38)

30.08.1923: Distrito do mun. de Laguna (Lei Est./SC 1.451)

11.12.1930: Vila e Município (Decreto Est./SC 25)

DCA: 08.03.1884 (*Jornal do Commercio/SC*, 14.03.1884, RK)



Fig. 4: *Jornal do Commercio/SC*, 14.03.1884.

Campos Novos (CSC-0045)

16.06.1854: Freguesia da vila de Curitibanos (Lei Prov./SC 377)

30.03.1881: Vila de S. João Baptista de Campos Novos (Lei Prov./SC 923)

DCA: 1872 (ACI85, RK); 08.02.1882 (*Jornal do Commercio*/SC, 15.02.1882)

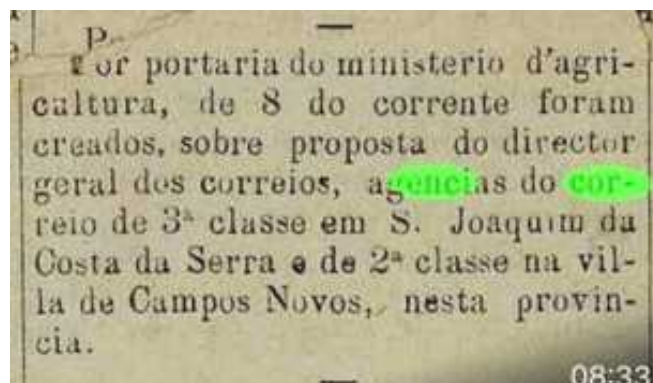


Fig. 5: *Jornal do Commercio*/SC, 15.02.1882.

Cannavieiras (CSC-0050)

22.04.1750: Paróquia de S. Francisco de Paula de Canavieiras, da vila do Desterro

15.04.1835: Freguesia (Lei Prov./SC 8)

02.05.1877: Vila (Lei Prov./SC 838)

14.01.1880: Freguesia (Lei Prov./SC 850)

01.10.1894: Distrito de Canasvieiras, mun. de Florianópolis (Lei Est./SC 111)

DCA: 08.03.1884 (*Jornal do Commercio*/SC, 14.03.1884, ver fig. 4, ACI85)

Chapecó – Xapecó (CPR-0045)

Ca. 1839: Povoação de Campo de Palmas, prov. de S. Paulo

29.08.1853: Colônia da Vila de Palmas, prov. do Paraná (Lei Imperial 704)

16.11.1859: Colônia Militar de Xapecó (Decreto Imperial 2.502), instalada em 14.03.1882

25.08.1917: Município de Passo Bormann, estado de Sta. Catarina (Lei Est./SC 1.147)

09.04.1931: Município de Passo dos Índios (Decreto Est./SC 100)

31.03.1938: Município e cidade de Chapecó (Decreto Lei Est./SC 86)

1943-1946: Município do Território do Iguaçu

DCA: 26.06.1862 (*Diario do Rio de Janeiro*, 18.07.1862/NM); 1864 (RK); 27.06.1882 (*Jornal do Commercio*/RJ, ACI85, RK: “Colônia Militar”)

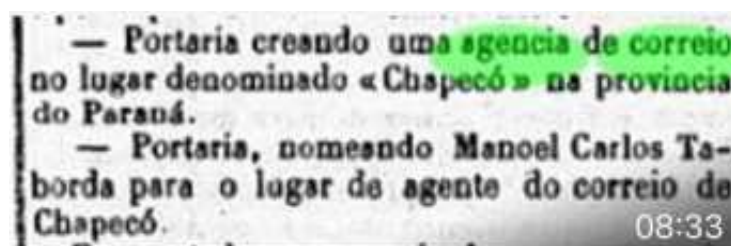


Fig. 6: *Diario do Rio de Janeiro*, 18.07.1862

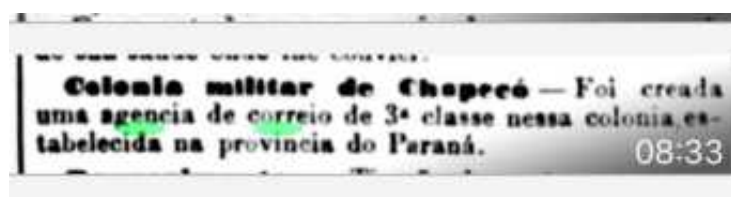


Fig. 7: *Jornal do Commercio*/RJ, 27.06.1882.

Colônia de D. Francisca (CSC-0055); Dona Francisca (DSC-0085)

01.05.1843: Propriedade de D. Francisca e Príncipe de Joinville

09.03.1851: Colônia de imigrantes europeus

1852: Povoação de Joinville

08.04.1858: Freguesia de S. Francisco Xavier de Joinville, da vila de S. Francisco (Lei Prov./SC 452)

15.03.1866: Vila de Joinville (Lei Prov./SC 566)

03.05.1877: Cidade (Lei Prov./SC 842)

DCA: 10.06.1857 (*Relatório do Ministério do Império*/1858, LCF, GF); 30.05.1859 – ca. 1863; 03.01.1867 (RK, ACI85, “Joinville”)

Colônia Itajahy (CSC-0060)→Brusque

Coritibanos (CSC-0075)

22.03.1864: Freguesia de N. Sra. da Conceição dos Coritibanos, da vila de Lages (Lei Prov./SC 535)

11.06.1869: Vila (Lei Prov./SC 626)

DCA: 30.07.1879 (LCF, RK, ACI85, RPP 01/1880)

Desterro (DSC-0080)

1673: Povoação de N. Sa. do Desterro

05.03.1692: Arraial da vila de Laguna (Alvará Real)

23.03.1726: Vila (Carta de Lei)

05.03.1732: Freguesia (Alvará Real)

20.03.1823: Cidade (Carta Imperial)

01.10.1894: Município de Florianópolis (Lei Est./SC 111)

DCA: 1813 (LCF)

Garopaba (GSC-0100)

13.05.1846: Freguesia de S. Joaquim de Garopaba, da vila de S. José (Lei Prov./SC 231)

30.04.1877: Vila (Lei Prov./SC 835)

1923: Distrito do mun. de Imbituba

11.12.1930: Distrito do mun. de Palhoça (Decreto Est./SC 25)

19.12.1961: Município de Garopaba (Lei Est./SC 795)

DCA: 28.04.1875 (LCF, ACI85)

Imaruhy (ISC-0110)

23.08.1833: Freguesia de S. João Baptista de Imaruhy, da vila de Laguna (Decreto Imperial)

27.08.1890: Vila (Decreto Est./SC 22)

DCA: 31.05.1881 (*O Despertador*, 08.06.1881, RK)

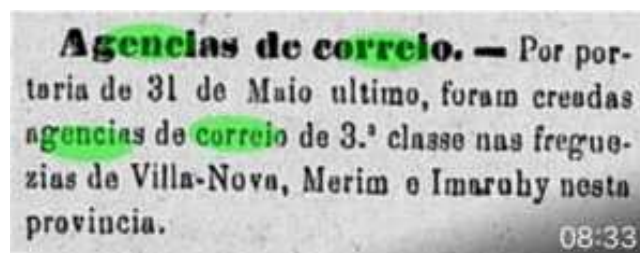


Fig. 8: *O Despertador*, 08.06.1881.

Imbitiba - Imbituba (ISC-0120)

Veja também Villa Nova (VSC-0275)

1811: Freguesia de Villa Nova de Sant'Anna, mun. de Laguna

07.01.1927: Distrito de Imbituba (Lei Munic. 7)

11.12.1930: Distrito de Villa Nova (Decreto-Lei Est./SC 25)

01.12.1938: Distrito de Imbituba (Decreto-Lei Est./SC 238)

09.10.1949: Distrito de Henrique Lage (Lei Est./SC 328)

21.06.1958: Município de Henrique Lage (Lei Est./SC 348)

06.10.1959: Município de Imbituba (Lei Est./SC 446)

DCA: 24.04.1882 (LCF, RK, ACI85)

Apesar de próximas uma da outra, Villa Nova e Imbituba eram duas agências diferentes, pelo menos até 1888. Provavelmente a sede do distrito mudou diversas vezes entre Villa Nova e Imbituba até 1938, quando se fixou em Imbituba.

Indaial (ISC-0125)

04.09.1886: Distrito da vila de Blumenau (Lei Prov./SC 1.116)

04.10.1893: Vila (Lei Est./SC 92)

1897: Distrito do mun. de Blumenau

28.02.1934: Município de Indaial (Decreto-Lei Est./SC 526)

DCA: 14.12.1882 (LCF, RK, ACI85)

Itajahy (ISC-0130)

1820: Colônia de Itajahy

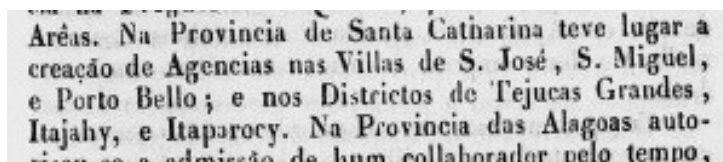
1830: Curato da vila de S. Francisco

13.08.1833: Freguesia do Santissimo Sacramento de Itajahy (Decreto Prov. 21)

04.04.1859: Vila (Lei Prov./SC 464)

01.05.1877: Cidade

DCA: 26.02.1841 (LCF, RK, *Relatório do Ministério do Império*, 05/1841, ACI85); 1859 (*Relatório do Ministério do Império*)



Arêas. Na Provincia de Santa Catharina teve lugar a criação de Agencias nas Villas de S. José, S. Miguel, e Porto Bello; e nos Districtos de Tejucaas Grandes, Itajahy, e Itaparocy. Na Provincia das Alagoas autorizou-se a admissão de hum collaborador pelo tempo,

Fig. 9: *Relatório do Ministério do Império*, 05/1841.

Itapocoroy/Itapacoroy (ISC-0135)

23.03.1839: Freguesia de N. Sra. da Penha do Itapocoroy, da vila de S. Francisco (Lei Prov./SC 109)

04.04.1859: Freguesia da vila de Itajaí (Lei Prov./SC 464)

31.03.1938: Distrito de Penha (Decreto-Lei Est./SC 86)

21.06.1958: Município de Penha (Lei Est./SC 348)

DCA: ca. 1841 (*Relatório do Ministério do Império*, 05/1841, ver fig. 9); 15.09.1875 (LCF, ACI85, RPP 03/1876, ver fig. 3)

Jaguaruna (JSC-0140) → Campo Bom

Joinville (JSC-0145) → Colônia Dona Francisca

Lages (LSC-0150)

07.08.1766: Povoação da Parada das Lages, da Capitania de S. Paulo

22.05.1771: Vila de N. Sra. dos Prazeres dos Campos das Lages (Carta Régia)

09.09.1820: Vila da Capitania de Santa Catarina

25.05.1860: Cidade (Lei Prov./SC 500)

DCA: 19.11.1859 (LCF); 1862 (RK); 15.09.1875 (RK, ACI85, RPP 03/1876, ver fig. 3)

Lagoa (LSC-0155) da Conceição

07.06.1750: Distrito da vila de N. Sra. do Desterro (Provisão Régia)

Ca. 1820: Freguesia de N. Sra. da Conceição da Lagoa

01.10.1894: Distrito do mun. de Florianópolis (Lei Est./SC 111)

DCA: 08.03.1884 (*Jornal do Commercio*, 14.03.1884, ver fig. 4, RK, ACI85)

Laguna (LSC-0160)

29.07.1676: Povoação da Alagoa

1714: Vila de Sto. Antonio dos Anjos da Laguna

15.04.1847: Cidade (Lei Prov./SC 239)

24.07.-15.09.1839: Capital da República Juliana

DCA: 1828 (ACI85, RK); 30.09.1830 (AG)

Merim (MSC-0165)

28.04.1856: Freguesia da vila de Laguna (Lei Prov./SC 413)

26.06.1958: Distrito de Mirim, do mun. de Henrique Lage (Lei Est./SC 348)

06.10.1959: Distrito do mun. de Imbituba (Lei Est./SC 446)

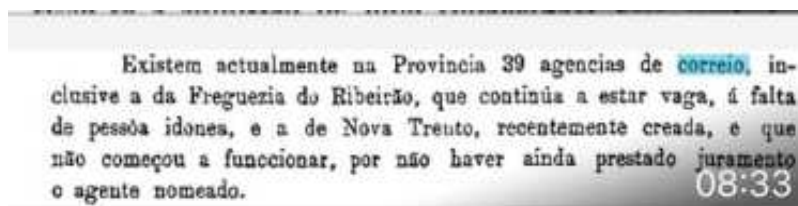
DCA: 31.05.1881 (*O Despertador*, 08.06.1881, ver fig. 8, ACI85)

Nova Trento (NSC-0170)

04.04.1884: Freguesia da vila de Tijucas (Lei Prov./SC 1.074)

08.08.1892: Vila (Lei Est./SC 36)

DCA: 15.02.1887 (RK, RPP 10/1887)



Existem actualmente na Provincia 39 agencias de correio, inclusive a da Freguezia do Ribeirão, que continúa a estar vaga, á falta da pessoa idonea, e a de Nova Trento, recentemente creada, e que não começou a funcionar, por não haver ainda prestado juramento o agente nomeado.

Fig. 10: RPP, outubro de 1887.

Orleans - Estação (OSC-0175)

Est: 01.09.1884-1981: E.F. Theresa Christina, mun. de Tubarão (RG)

02.10.1888: Distrito de Orleans do Sul (Lei Prov./SC 218)

30.08.1913: Município de Orleans do Sul (Lei Est./SC 981)

31.12.1943-1970: Município de Orleães (Decreto-Lei Est./SC 941)

DCA: 17.08.1888 (RK)

A única agência postal de estação ferroviária da província imperial catarinense?

Palhoça (PSC-0180)

08.11.1882: Freguesia de Senhor Bom Jesus de Nazaré da Palhoça, da vila de São José (Lei Prov./SC 949)

24.04.1894: Vila (Decreto Est./SC 184)

22.08.1919: Cidade (Lei Est./SC 1.245)

DCA: 25.06.1881 (LCF, RK, ACI85)

Paraty (PSC-0185)

08.06.1854: Freguesia de Senhor Bom Jesus de Paraty, da vila de S. Francisco (Lei Prov./SC 375)

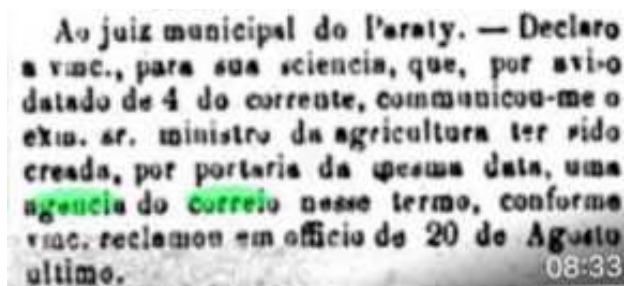
05.04.1876: Vila (Lei Prov./SC 797)

30.08.1923: Distrito da vila de S. Francisco (Lei Est./SC 1.451)

30.10.1925: Município de Paraty (Lei Est./SC 1.512)

31.12.1943: Município de Araquari (Decreto-Lei Est./SC 941)

DCA: 04.11.1880 (*O Despertador*, 20.11.1880, RK), 1881 (ACI85)



Ao juiz municipal do Paraty. — Declaro a v.m., para sua sciencia, que, por avi-o datado de 4 do corrente, communicou-me o exm. sr. ministro da agricultura ter sido creada, por portaria da mesma data, uma **agencia do correio** nesse termo, conforme v.m. reclamou em officio de 20 de Agosto ultimo.

Fig. 11: *O Despertador*, 20.11.1880.

Penha (PSC-0187) → Itapocoroy

Porto Bello (PSC-0190)

18.12.1824: Freguesia de Senhor Bom Jesus dos Afflictos de Porto Bello, da vila de Tijucas (Alvará)

04.05.1848: Vila (Lei Prov./SC 71)

04.04.1859: Freguesia da vila de Tijucas (Lei Prov./SC 464)

29.08.1895: Município (Lei Est./SC 140)

30.08.1923: Distrito do mun. de Tijucas (Lei Est./SC 1.451)

01.09.1925: Município (Lei Est./SC 1.496)

DCA: ca. 1841 (*Relatório do Ministério do Império*, 05/1841, ver. fig. 9); 26.09.1857 (RK); 26.10.1857 (LCF); 1875 (ACI85, RK)

Ribeirão (RSC-0195)

11.07.1809: Freguesia de N. Sra. da Lapa do Ribeirão, da Vila do Desterro (Alvará Real)

01.10.1894: Distrito da cidade de Florianópolis (Lei Est./SC 111)

DCA: 08.03.1884 (*Jornal do Commercio/SC*, 14.03.1884, ver fig. 4)

Rio Vermelho (RSC-0200)

11.8.1831: Distrito de Rio Vermelho, município de Desterro

31.12.1943: Distrito de Praia dos Ingleses (Decreto-Lei Est./SC 941)

30.12.1948: Distrito de Ingleses do Rio Vermelho

DCA: 08.03.1884 (*Jornal do Commercio*, 14.03.1884, ver fig. 4)

Santissima Trindade (SSC-0240)

23.03.1853: Distrito do município de Desterro (Lei Prov./SC 352)

01.10.1894: Distrito do município de Florianópolis (Lei Est./SC 111)

31.03.1938: Distrito de Trindade (Decreto-Lei Est./SC 86)

31.12.1943: Bairro da cidade de Florianópolis (Decreto-Lei Est./SC 941)

DCA: 08.03.1884 (*Jornal do Commercio*, 14.03.1884, ver fig. 4)

Santo Antonio (SSC-0245)

19.01.1809: Distrito do município de Desterro (Provisão Régia)

01.10.1894: Distrito do município de Florianópolis (Lei Estadual/SC 111)

31.12.1943: Distrito de Rerituba (Decreto-Lei Estadual/SC 941)

30.12.1948: Distrito de Santo Antonio de Lisboa (Lei Estadual/SC 247)

DCA: 08.03.1884 (*Jornal do Commercio*, 14.03.1884, ver fig. 4)

São Bento (SSC-0205)

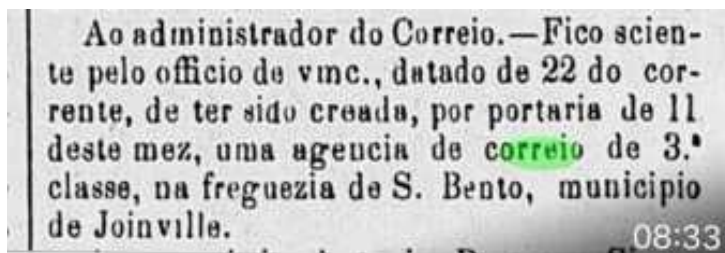
06.04.1876: Freguesia do município de Joinville (Lei Prov./SC 801)

21.05.1883: Vila (Lei Prov./SC 1.030)

31.12.1943: Município de Serra Alta (Decreto-Lei Est./SC 941)

30.12.1948: Município de S. Bento do Sul (Lei Est./SC 247)

DCA: 11.04.1881 (*O Despertador*, 30.04.81, ACI85)



Ao administrador do Correio.—Fico sciente pelo officio de vme., datado de 22 do corrente, de ter sido creada, por portaria de 11 deste mez, uma agencia de **correio** de 3.ª classe, na freguezia de S. Bento, municipio de Joinville.

Fig. 12: *O Despertador*, 30.04.1881

São Francisco (SSC-0210)

1660 : Vila de N. Sra. da Graça do Rio de S. Francisco

15.04.1847 : Cidade (Lei Prov./SC 249)

31.12.1943 : Município de S. Francisco do Sul (Decreto-Lei Est./SC 941)

DCA: 1848 (ACI85), 08.06.1860 (NM, agente nomeado/LCF)

São Joaquim da Costa da Serra (SSC-0220)

02.05.1871: Distrito do mun. de Lages (Lei Prov./SC 645)

22.08.1886: Vila e município (Lei Prov./SC 1.108)

11.10.1924: Cidade (Lei Est./SC 1.645)

DCA: 08.02.1882 (*Jornal do Commercio*, 15.02.1882, ver fig. 5)

São José (SSC-0225)

26.10.1751: Freguesia (Provisão Real)

01.03.1833: Vila (Resolução do Conselho do Governo)

03.05.1856: Cidade (Lei Prov./SC 415)

DCA: ca. 1841 (*Relatório do Ministério do Império*, 05/1841, ver fig. 9) - ca.1853; 1875 (ACI85, RPP 03/1876, ver fig. 3)

São Luiz Gonzaga (SSC-0230) → Brusque

São Miguel (SSC-0300)

1747: Povoação da comarca de Desterro

01.03.1833: Vila (Resolução Gov.)

24.07.1873: Distrito do mun. de Tijucas (Lei Prov./SC 691)

19.04.1875: Vila (Lei Prov./SC 745)

05.08.1886: Distrito do mun. de Biguassu (Lei Prov./SC 1.902)

1888: Vila de S. Miguel

22.04.1894: Distrito do mun. de Biguassu (DecretoEst./SC 183)

31.12.1943: Distrito de Guaporanga (Decreto-Lei Est./SC 941)

DCA: ca. 1841 (*Relatório do Ministério do Império*, 05/1841, ver. fig. 9) -1846/7 (*Annuario*47), 1875 (RPP 03/1876, ver fig. 3, ACI85)

São Miguel de Tijucas Grandes (SSC-0305)→Tijucas

São Pedro Apóstolo do Gaspar (SSC-0235)

25.04.1861: Freguesia do mun. de Itajahy (Lei Prov./SC 509)

04.02.1880: Distrito do mun. de Blumenau (Lei Prov./SC 860)

17.02.1934: Município de Gaspar (Lei Est./SC 499)

DCA: 25.04.1881 (*Gazeta de Noticias/RJ*, 26.04.1881)

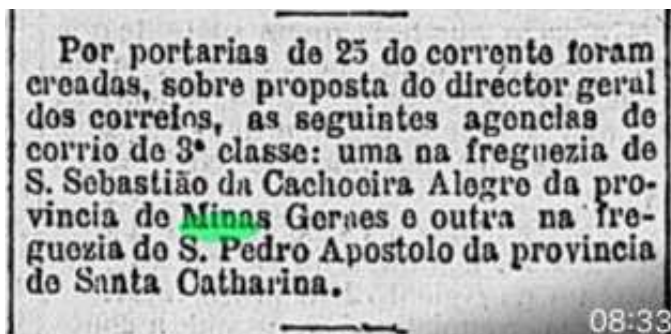


Fig. 13: *Gazeta de Noticias/RJ*, 26.04.1881.

Theresopolis (TSC-0255)

03.06.1860: Colônia de imigrantes alemães

11.06.1869: Distrito do mun. de Palhoça (Lei Prov./SC 628)

31.12.1943: Distrito de Queçaba (Decreto-Lei Est./SC 941)

21.06.1958: Distrito do mun. de Santo Amaro da Imperatriz (Lei Est./SC 348)

19.12.1961: Município de Águas Mornas (Lei Est./SC 790)

DCA: 16.09.1881 (*O Despertador*, 05.10.1881, ACI85)

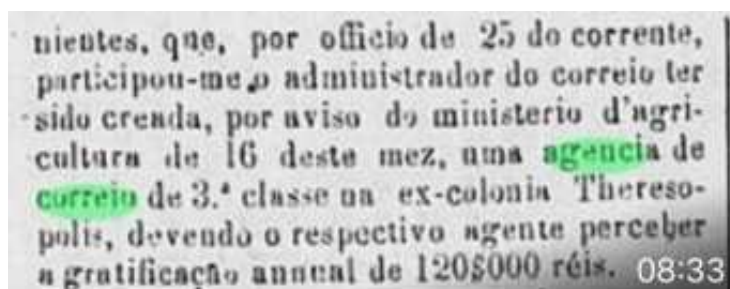


Fig. 14: *O Despertador*, 05.10.1881.

Tijucas (TSC-0260)

04.05.1848: Distrito do mun. de Porto Belo (Lei Prov./SC 71)

04.04.1859: Município (Lei Prov./SC 464)

DCA: ca. 1841 (*Relatório do Ministério do Império*, 05/1841, ver fig. 9) - 02.03.1847 (*Gazeta Official/RJ*, 30.03.1847); 1875 (ACI85, RPP 03/1876, ver fig. 3)

Tubarão (TSC-0265)

1836: Paróquia de N. Sra. da Piedade de Tubarão, mun. de Laguna

27.05.1870: Vila e Município (Lei Prov./SC 653)

DCA: 1874 (ACI85)

Urussanga (USC-0260)

26.05.1878: Povoação de imigrantes italianos

03.06.1891: Freguesia do mun. de Tubarão (Decreto Est./SC 84)

06.10.1900: Vila (Lei Est./SC 474)

DCA: 05.09.1887 (*Jornal do Commercio*/RJ, 06.09.1887), agência transferida da ex-colônia Azambuja

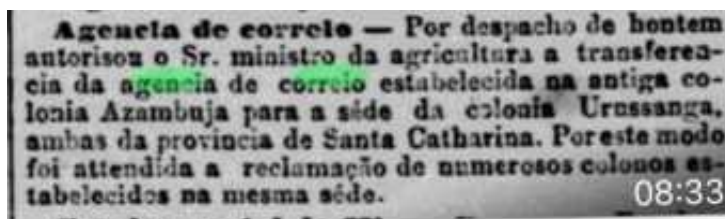


Fig. 15: *Jornal do Commercio*/RJ, 06.09.1887.

Villa Nova (VSC-0275)

Veja também Imbituba (ISC-0120)

1811: Freguesia de Villa Nova de Sant'Anna, mun. de Laguna

07.01.1927: Distrito de Imbituba (Lei Munic. 7)

11.12.1930: Distrito de Villa Nova (Decreto-Lei Est./SC 25)

01.12.1938: Distrito de Imbituba (Decreto-Lei Est./SC 238)

09.10.1949: Distrito de Henrique Lage (Lei Est./SC 328)

21.06.1958: Município de Henrique Lage (Lei Est./SC 348)

06.10.1959: Município de Imbituba (Lei Est./SC 446)

DCA: 31.05.1881 (*O Despertador*, 08.06.1881, ver fig. 8, ACI85)

Xanxerê (XPR-0242)

Colônia militar de Chapecó, Ruy Barbosa

1880: Colônia militar de Chapecó, província do Paraná

1890: Povoação do distrito de Generozópolis, mun. de Palmas

24.08.1917: Distrito do mun. de Chapecó, Estado de Santa Catarina (Lei Est./SC 1.147)

22.12.1917: Vila de Xanxerê (Lei Mun. 2)

05.09.1919: Cidade (Lei Est./SC 1.260)

10.03.1923: Município de Ruy Barbosa (Lei Mun.)

03.10.1929: Município de Xanxerê (Lei Est./SC 1.645)

09.04.1931: Distrito do mun. de Chapecó (Lei Est./SC 100)

31.12.1953: Município de Xanxerê (Lei Est./SC 133)

DCA: 06/1882 (*Jornal do Commercio*/RJ, 27.06.1882, ACI85)

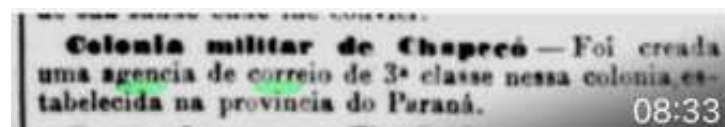


Fig. 16: *Jornal do Commercio*/RJ, 27.06.1882.

As “estações postais” imperiais sem agências

A exemplo de outras províncias imperiais, como, por exemplo, em Goiás ou no Ceará, havia em Santa Catarina, além das agências postais regulares, outras “estações postais” servidas por estafetas, onde a correspondência, seja particular ou do serviço público, era distribuída (e eventualmente recolhida) por autoridades locais (por exemplo, o delegado de polícia), num serviço honorário. A mais antiga dessas estações foi possivelmente Lages, criada por portaria provincial de dezembro de 1848, ou seja, mais de 10 anos antes da criação da agência postal local

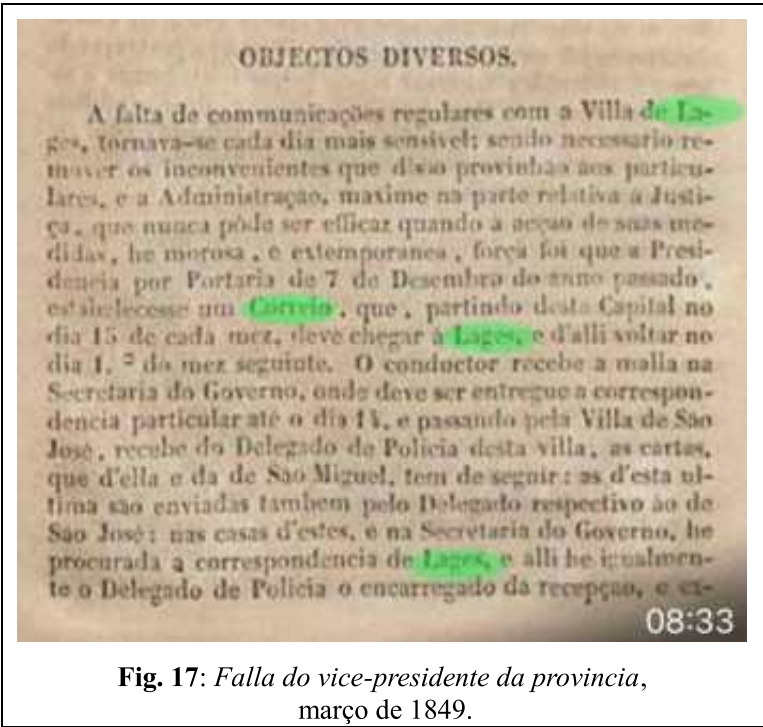


Fig. 17: Falla do vice-presidente da provincia, março de 1849.

Ainda na década de 80, havia três dessas estações postais que figuravam nas rotas provinciais, sem que lá houvesse agência: em Angelina, na Colônia Militar de Santa Theresa e na Enseada de Britto.

—F— QUADRO demonstrativo das Estações Postaes servidas por 27 estafetas.		
LINHAS	ESTAÇÕES POSTAES	Quantas vezes por mez recebem e expdem malas
NORTE	Tijucas	2
	S. Miguel	2
	Camboriú	2
	Itapocoroy	2
	Barra Velha	2
	S. José	9
	Palhoça	6
	Enseada de Brito	6
	Garopaba	6
	Merim	6
	Villa Nova	6
	Imbituba	6
	Imaruihy	6
	Laguna	6
	Tubarão	6
	Azambuja	3
OESTE SUL	Araranguá	2
	Torres (S. Pedro Rio Grande)	2
	S. Joaquim da Costa da Serra	2
	Santa Thereza e Angelina	3
	Lages	3
	Coritibanos	3
CENTRO	Campos Novos	3
	Colonia Itajahy	6
	Indayal	3
	Joinville	4
	Paraty	3
	S. Bento	3
	Rio Negro (Paraná)	3
Administração Geral dos Correios de Santa Catharina ,23 de agosto de 1883.		
O Praticante, ALVARO FRANCISCO DA COSTA.		

Fig. 18: RPP, agosto de 1883.

Abreviaturas:

ACI85 – Tabella das Agencias do Correio do Imperio, Rio de Janeiro, 1885

AG – veja Goularti Fo. em Bibliografia

Annuario47 – Annuario Politico, Historico e Estatistico do Brazil, Rio de Janeiro, 1847

DCA – Data de criação da agência postal

LCF – veja Fritzen, em Bibliografia

NM – veja Nova Monteiro, em Bibliografia

RK – veja Koester, em Bibliografia

RPP – Relatório do Presidente da Província

Bibliografia:

Biblioteca Nacional Digital: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>

FRITZEN, Luis Claudio: Agências postais da província de Santa Catharina durante o império brasileiro, Boletim No. 56 da AFSC, Florianópolis, agosto de 2007 (LCF)

GOULARTI Fo., Alcides: Agências e linhas dos Correios na integração do território catarinense no século XIX (AG). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612017000200395 (Acesso em janeiro/2025).

IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br>

KOESTER, Reinhold: Carimbologia do Brasil Clássico, partes I-XXVII (letras A-L) in Brasil Filatélico, Rio de Janeiro, 1961-1983 (RK)

- parte XXVII (letra M), Rio de Janeiro, 1985

- partes XXVIII-XXX (letra N-Petrópolis), ArGe-Brasilien, Lohmar 1986-1988

- partes XXXI e XXXII (Philadelphia-Purificação), Rio de Janeiro, 1989 e 1992

MONTEIRO, Fábio: Carimbologia do Brasil Clássico (letras Q-Z), ArGe-Brasilien, Lohmar, 2019-2022

NOVA MONTEIRO, Francisco da: Administrações e Agencias Postaes do Brasil Imperio, in Brasil Filatelico/RJ, 1934-5; Reprint SPP 1994-1999 (NM)

(*) Picote & Filigrana (blog do autor): <https://picoteefiligrana.wixsite.com/website>

(**) jm--karlsruhe@web.de

Entrevista - Edil Gomes e Gilberto Tenor

Peter Johann Bürger e Renato Mauro Schramm – Florianópolis, SC

Os escritores e numismatas Edil Gomes (*) e Gilberto Fernando Tenor (**) – este último Diretor Presidente da Sociedade Numismática Brasileira (SNB) –, entrevistados nesta edição do Boletim Santa Catarina Filatélica, têm-nos brindado com publicações, por artigos e livros, desta vez editando o livro **“Medalha Calendário – O Império Brasileiro retratado através de uma enigmática medalha de 1867”**.



Chamou-nos a atenção os resultados de pesquisa dos numismatas Edil Gomes e Gilberto Tenor, apresentados no livro **“Medalha Calendário – O Império Brasileiro retratado através de uma enigmática medalha de 1867”**. A obra, em suas 104 páginas, reúne material sobre as medalhas imperiais do Brasil, especialmente, sobre a Medalha Calendário, cunhada em 1867 pelo gravador Christian Lüster.

Foi uma grande satisfação entrevistar os autores Edil Gomes e Gilberto Tenor, que nos relataram detalhes sobre esse livro lançado no Encontro Especial de Numismática e Filatelia da SNB, realizado nos dias 13 e 14 de setembro de 2024.

Nossos agradecimentos pela disponibilidade e pela atenção dispensada ao Boletim Informativo Santa Catarina Filatélica.

Santa Catarina Filatélica (SCF) - Qual a importância dessa peça para os numismatas e por que se destaca das demais medalhas?

Edil Gomes e Gilberto Tenor - Cada peça da nossa coleção, seja ela moeda, cédula ou medalha, tem a sua história, seja pelo homenageado, período em que foi produzida, gravador, a quem pertenceu, ou mesmo de forma afetiva que nos prende, agregando, assim, o valor sentimental, histórico ou comercial.

Uma dessas histórias está ligada à Medalha Calendário de 41mm, cunhada em 1867, na Casa da Moeda do Brasil, que se destaca entre as demais, única do tipo no Brasil pela forma como foi cunhada.

SCF - Como descreveriam essa medalha?

Edil e Tenor - A Medalha Calendário, conhecida como “Medalha Crônica da Casa Imperial”, do gravador Christian Lüster, cunhada no pequeno espaço de 41 milímetros, em inscrições concêntricas, em letras microscópicas, no verso e anverso, tem mais de 1.050 letras e 610 números, além de traços, pontos, vírgulas, barras e símbolos.

Essa medalha tem compilações de fatos históricos, datas religiosas e da família Imperial do Brasil. Também mostra um calendário perpétuo do ano de 1867, com início das estações, fases da lua, zodíaco, eclipses solar e lunar, dentre outras. Registra, ainda: o descobrimento do Brasil em 1500; a Independência, em 1822; e a primeira Constituição do Brasil de 1824.

É uma medalha clássica para quem coleciona medalhas do Império, que se encontra em alguns museus. Temos também algumas reproduções feitas pelo gravador Pedro Pinto Balsemão.



SCF - De onde surgiu a ideia de escrever esse livro?

Edil e Tenor - Gilberto Tenor tem a medalha na coleção em cobre, prata e madeira, além da réplica feita por Balsemão, e sempre achamos muito interessante.

Nos catálogos de medalhas, havia poucas informações sobre ela. Um dia, analisando, surgiu o questionamento de se escrever algo sobre ela. Não sabíamos nem por onde começar, já que era muita informação. Parecia até uma tarefa impossível para o gravador, especialmente se levarmos em conta que é de 1867. Fomos por partes e percebemos que, para decifrar as informações, muitas delas abreviadas, teríamos que fazer ampla pesquisa e conhecer como era o cotidiano do final do Brasil Império.

Foi um longo período de consultas e trocas de informações, e, assim, cada citação foi sendo esclarecida.

O fim do livro foi algo fantástico, pois percebemos que poderia complementar a medalhística nacional, incentivando novos colecionadores e pesquisadores.

SCF - Como foi o desenvolvimento do projeto e a pesquisa do livro? O que destacariam?

Edil e Tenor - Nota-se um elevado grau de conhecimentos nos estudos astronômicos da época para definir as datas móveis, como a Páscoa e as datas que se referem a ela.

Foi uma verdadeira viagem no tempo. Percebemos que teríamos que pesquisar como era na época o cotidiano, pois algumas datas comemorativas que estão na medalha são pouco conhecidas, sejam

datas relativas à família imperial, como as ligadas diretamente ao Imperador Dom Pedro II, sejam de várias datas religiosas. Percebemos que não era somente a história de uma medalha, mas havia muito mais.

São citadas 14 vitórias em batalhas na Bacia Cisplatina, que mostra um Brasil preocupado com suas fronteiras. Uma dessas batalhas foi a do Riachuelo, em 11 de junho de 1865, uma batalha naval que foi tão importante, que a data hoje é comemorada como sendo o Dia da Marinha do Brasil.

Muitas das informações são abreviadas, assim, o livro desvenda cada uma delas com a explicação. No final, notamos que não era apenas sobre uma medalha, mas, sim, a descrição de costumes do período monárquico brasileiro.



SCF - Quem foi Christian Lüster? Alguma particularidade na sua biografia?

Edil e Tenor: Christian Lüster foi um gravador dinamarquês naturalizado brasileiro, que trabalhou na Casa da Moeda do Brasil, de 1855 até seu falecimento em 1871, e que deixou uma verdadeira coleção de obras de sua autoria em medalhas e moedas.

Lüster, na Dinamarca, para ajudar um amigo, envolveu-se em um caso de falsificação e acabou sendo preso. Foi algo ruim que marcou a sua carreira, mas ele foi perdoado e agraciado por Dom Pedro II com a Ordem Imperial da Rosa – o último busto de Dom Pedro II criado por Lüster. O livro também traz informações complementares da biografia desse gravador.

SCF - Qual era o cenário histórico da época da cunhagem dessa medalha?

Edil e Tenor: No período de 1867, o Brasil estava em plena Guerra do Paraguai, fazendo parte da Tríplice Aliança, juntamente com a Argentina e o Uruguai. Foi o maior conflito bélico terrestre e naval da América Latina, com a presença ativa, nas batalhas, dos genros do Imperador Dom Pedro II. Parte dessas vitórias está eternizada nessa medalha, tornando-se, assim, um registro histórico de um período do Brasil.

Nosso país participou, nesse mesmo ano, da grandiosa Exposição Universal de Paris, realizada no Campo de Marte, apresentando produtos, equipamentos e a Medalha Calendário.

Nesse cenário, foi cunhada essa medalha, um verdadeiro manual de datas do Império do Brasil, incluindo datas da família imperial e religiosas, algumas que não são mais lembradas e comemoradas, que nos faz realizar uma viagem no tempo e conhecer um pouco do final do Império do Brasil, que se estendeu por mais 22 anos.

Essa medalha mostra um período muito avançado na Casa da Moeda, do seu lado artístico e de equipamentos para se cunhar moedas e medalhas. Se juntarmos todas as medalhas do Brasil Império, notaremos um avanço considerável desde a vinda da Família Imperial ao Brasil e da Academia das Belas Artes, com artistas da Missão Francesa.

Podemos afirmar que é o Império do Brasil retratado por meio de uma enigmática medalha de 1867. É fascinante como uma simples medalha pode registrar e transmitir tantas informações.

(*) contato@graficadiagrama.com.br

(**) tenor@tenor.com.br



**Siga
Participe
Divulgue**

**Seja nosso
parceiro!**

**Incentivando crianças
e jovens para a
numismática.**

**Juntos fazendo
o colecionismo
crescer!**

Apoie essa idéia!



**Colecionador
Mirim**

**Experiências
culturais
e educativas**



@coleccionador_mirim_ +55 61 982264493

Os Bilhetes do 3º Banco do Brasil (1853-1893) impressos por Bradbury & Evans, de Londres

Márcio Rovere Sandoval – Montreal, Canadá (*)

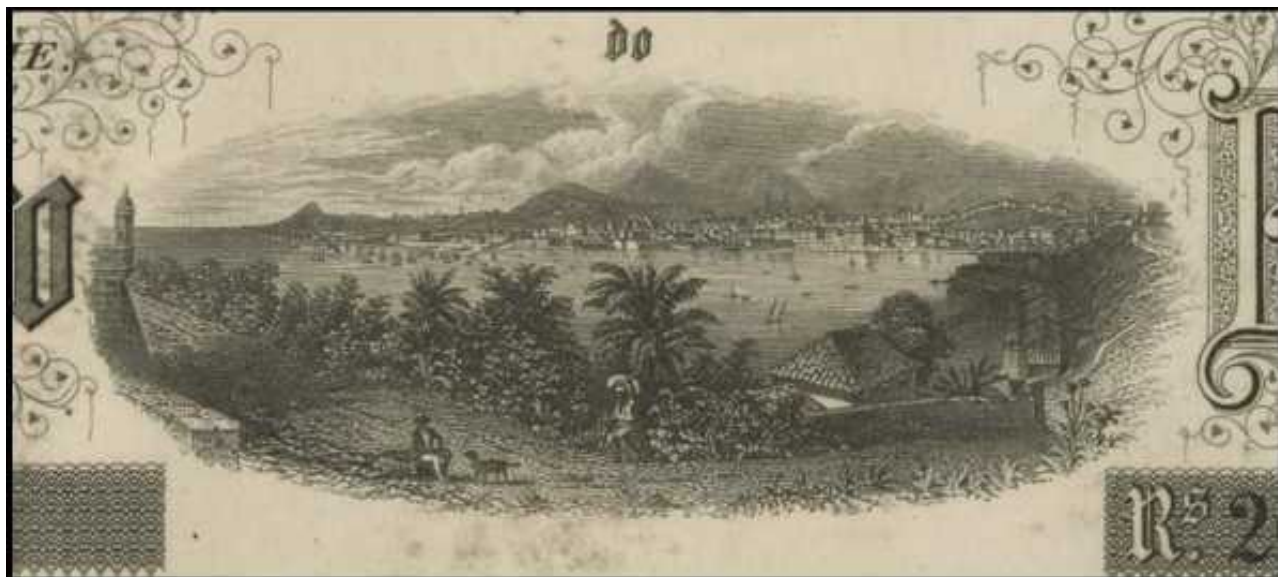


Figura 1 – Detalhe do *specimen* do bilhete de 20 mil-réis da 2ª Série (JM245; P.S241 – Caixa Matriz; JM255°; P.S352 – Caixa Filial de São Paulo ou JM260°; P.S301 – Caixa Filial de Ouro Preto¹) do 3º Banco do Brasil emitido em 1856 e 1857. Os bilhetes são semelhantes e se diferenciam apenas pelo nome da Filial e das assinaturas. Tinta preta sobre papel branco, em calcografia. Vista do Rio de Janeiro a partir da Ilha das Cobras. Os bilhetes foram impressos² pela empresa inglesa *Bradbury & Evans, Bank Note Engravers & Printers, Whitefriars, London*, com base em uma litografia do Século XIX³.

Introdução

O Banco do Brasil completará em breve 217 anos de existência (1808-2025)⁴. A história do banco pode ser dividida em cinco períodos, assim temos: 1º Banco do Brasil – Criado pelo Príncipe Regente D. João (1808-1829); 2º Banco do Brasil – Criado pelo Barão de Mauá (1851-1853); 3º Banco do Brasil – criado por iniciativa do Visconde

¹ Como se trata de um *specimen*, ele pode corresponder às três Caixas indicadas. Resta a confirmação da emissão em relação à Caixa Filial de Ouro Preto.

² A elaboração e gravação dos bilhetes devem ser atribuídas a *Henry Bradbury* (1829-1860) como veremos no decorrer da matéria, mesmo que, provavelmente, tenha havido envolvimento do pessoal e do material da *Bradbury & Evans*.

³ Não conseguimos ainda estabelecer com certeza a autoria da litografia que serviu de base para a gravação do motivo do bilhete. A litografia foi publicada no Rio de Janeiro por *George Leuzinger*, mas ao que tudo indica, foi litografada na França por *Lemercier* por volta de 1852.

⁴ O Banco do Brasil foi criado pelo Alvará de 12 de outubro de 1808, assinado pelo então Príncipe Regente D. João, futuro D. João VI.

de Itaboraí (1853-1893); 4º Banco do Brasil – Banco da República do Brasil (1892-1905) surgido da fusão do 3º Banco do Brasil com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil e 5º Banco do Brasil – atual (1905-dias atuais), surgido da reestruturação.

Essa divisão não é pacífica⁵, mas do ponto de vista do nosso estudo pensamos ser a mais coerente. Vejamos:

O primeiro período, de 1808 a 1829, do 1º Banco do Brasil, fundado pelo então Príncipe Regente D. João (futuro D. João VI), por sugestão do Conde de Linhares (Rodrigo de Sousa Coutinho), teve como objetivo principal auxiliar a Corte Portuguesa a se estabelecer no Brasil. Seu funcionamento havia sido previsto para vinte anos e acabou sendo liquidado no término daquele período⁶.

O Banco do Brasil foi o quarto banco nacional emissor do mundo, depois do Banco da Suécia (1668), do Banco da Inglaterra (1694) e do Banco da França (1800).

Passados 22 anos do encerramento daquele primeiro banco, em 1851, por iniciativa do Barão de Mauá – Irineu Evangelista de Sousa (1813-1890), fundou-se um banco, dessa vez de iniciativa privada, com a denominação de “Banco do Brasil”.

O banco possuía, além da Caixa Matriz no Rio de Janeiro, filiais em São Paulo e em São Pedro do Rio Grande do Sul. Teve a faculdade de emitir Vales em valor não inferior a 200\$000 réis na Corte e Província do Rio de Janeiro (JM221º) e de 100\$000 réis em relação às filiais de São Paulo (JM222º) e de São Pedro do Rio Grande do Sul (JM223º).

Desses vales não se conhece nenhum exemplar, nem mesmo o impressor.

Apenas dois anos depois, em 1853 (Lei nº 683 de 5 de julho de 1853), por iniciativa do Visconde de Itaboraí⁷ (Joaquim José Rodrigues Torres), o Banco do Brasil de Mauá foi fusionado com o Banco Comercial do Rio de Janeiro (criado em 1838), dando origem ao 3º Banco do Brasil.

Cabe aqui salientar que, com a fusão, as caixas filiais de São Pedro do Rio Grande do Sul e de São Paulo do 2º Banco do Brasil foram convertidas em caixas filiais do novo banco.

O 3º Banco do Brasil, cuja previsão de funcionamento era de 30 anos, funcionou até 1893, ou seja, 40 anos de existência. Este banco, além da Matriz, teve Caixas Filiais em Ouro Preto, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Sul e Maranhão.

Os bilhetes, como veremos, foram impressos inicialmente pela Casa da Moeda do Rio de Janeiro (CMRJ)⁸, seguidos pela *Bradbury & Evans*⁹ de Londres e mais tarde pela sua sucessora na impressão de bilhetes de banco, a *Bradbury & Wilkinson & Co.* (BWC), pela *American Bank Note Company* (ABNCo.) e ainda pela *Waterlow & Sons* (W&S), outra grande empresa inglesa.

⁵ Existem diferenças na forma, nos estatutos e para alguns na continuidade histórica desses períodos.

⁶ Mais detalhes sobre este assunto podem ser vistos na matéria de nossa autoria intitulada “Bilhetes e Notas do Primeiro Banco do Brasil (1808-1829)”, publicada no Boletim da AFSC, nº 71, de agosto de 2016, p.4-26.

⁷ Considerado o fundador do banco atual.

⁸ Sobre esse assunto pode ser consultada a matéria de nossa autoria, intitulada “Os Bilhetes do 3º Banco do Brasil (1853-1893) e do Banco Comercial e Agrícola (1857-1862) impressos pela Casa da Moeda do Rio de Janeiro” publicada no Boletim da AFSC, nº 82, de agosto de 2024, p.52-69.

⁹ Por volta de 1860, a “seção” da empresa que se ocupava dos bilhetes de banco, comanda por *Henry Bradbury*, ganhou vida própria, passando a chamar-se *Bradbury & Wilkinson & Co.* (BWC), que viria a se tornar uma das maiores empresas impressoras de papel moeda do mundo.

Esse banco atravessou graves períodos de crise, como em 1864, quando seus bilhetes passaram, temporariamente, a ter curso forçado em virtude da quebra do banqueiro Antônio José Alves Souto. Em 1866, em virtude da crise financeira, teve suspenso o seu direito de emissão.

Em 1888, o banco voltou a ter a faculdade de emissão. Logo após, temos a crise do “Encilhamento” (1889-1891) que, no que diz respeito ao 3º Banco do Brasil, resultou na sua fusão com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (Decreto nº 1.167, de 17 de dezembro de 1892), sob a denominação de Banco da República do Brasil (1892 – 1905). Este é o 4º Banco do Brasil, apesar de não ter sido mantido o nome de origem. Ele realizou emissões em 1893, com bilhetes aproveitados e próprios.¹⁰

Em 1896, o banco perdeu o direito de emissão, assumindo o Governo a responsabilidade pelos bilhetes em circulação. Posteriormente, os bilhetes do banco foram substituídos por cédulas do Tesouro Nacional – papel-moeda de curso forçado e inconvertível.

O Banco da República do Brasil (4º Banco do Brasil), praticamente falido, foi reestruturado pelo Governo e veio a constituir o novo Banco do Brasil, em 1905, 5º efetivo e 4º de nome.

Nestes apontamentos trataremos das emissões do 3º Banco do Brasil (1853-1893) impressas pela empresa inglesa *Bradbury & Evans* de Londres e sua sucessora na impressão de papéis de segurança *Bradbury & Wilkinson & Co.* (BWC)¹¹.

A *Bradbury & Evans de Londres* (1830-1900)

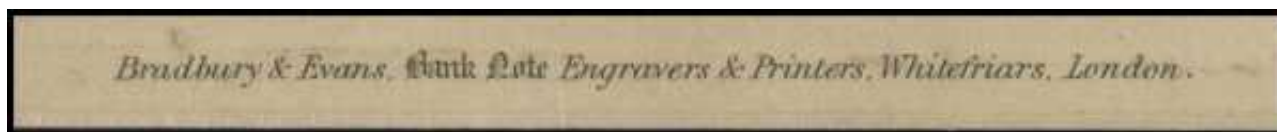


Figura 2 – Detalhe da margem inferior do *specimen* do bilhete de 50 mil-réis (JM279º; P.S313 – Caixa Filial do Pará ou JM287º; P.S333 – Caixa Filial do Rio Grande do Sul), do 3º Banco do Brasil, cerca de 1855/56, trazendo o nome do impressor, “*Bradbury & Evans, Bank Note Engravers & Printers, Whitefriars, London*”. Os bilhetes de circulação não trazem o nome do impressor, bem como alguns *specimens*. Neste caso, o *specimen* pode ser atribuído a duas Caixas Filiais, quais sejam, a Caixa Filial do Pará (JM279º; P.S313) ou à Caixa Filial do Rio Grande do Sul (JM287º; P.S333). Os bilhetes são semelhantes e se diferenciavam apenas pelo nome da Filial e das assinaturas. *Julius Meili*, em 1903, quando editou sua incontornável obra – *A moeda Fiduciária no Brasil* indicou apenas que se tratava de um impressor inglês, eis que, ao que tudo indica, jamais teve contato com os *specimens* da empresa e, provavelmente, ninguém lhe soube informar, na época, o nome do impressor. F. dos Santos Trigueiros, em *Dinheiro no Brasil* (1966), primeiramente indica apenas como um impressor inglês, mas como teceu comentários a respeito de

¹⁰ Sobre este assunto pode ser consultada a matéria de nossa autoria, intitulada “Do Banco dos Estados Unidos do Brasil ao Banco do Brasil (1890-1905), publicada no Boletim da AFSC nº75, de agosto de 2020, p.4-25.

¹¹ Com esta denominação ela imprimiu apenas um valor para o 3º Banco do Brasil.

encomendas de bilhetes feitas a *Knowles & Foster*¹², essa foi tida por muitos e posteriormente por ele mesmo, como a empresa impressora. Ele também, ao que tudo indica, não teve contato com os *specimens* da empresa. O erro foi ampliado e foi parar até mesmo no *World Paper Money Specialized Issues*, o conhecido catálogo *Pick*.

Bradbury & Evans foi uma antiga empresa gráfica e editora fundada em 1830, em Londres, por *William Bradbury* (1799-1869) e *Frederick Mullett Evans* (1804-1870).

Durante os dez primeiros anos de existência, era apenas uma gráfica e, em 1842, após ter adquirido a revista *Punch*, passou também a ser uma editora.

Enquanto gráfica, a empresa trabalhou para *Chapman and Hall*, editores de Charles Dickens. Dickens quitou *Chapman and Hall* em 1844 e, em consequência, *Bradbury & Evans* torna-se a sua nova editora. Dickens rompe com *Bradbury & Evans* em 1859.

Por volta de 1850, *Henry Bradbury* (1829-1860), um dos filhos do fundador da empresa, deu início ao trabalho de desenvolvimento de impressão de bilhetes de banco em talho doce, ou seja, calcografia.

Essa produção de bilhetes de banco foi desenvolvida paralelamente à empresa *Bradbury & Evans*, sob a responsabilidade de *Henry Bradbury* por volta de 1850 até mais ou menos 1858.



Figura 3 – Detalhe da *amostra* do bilhete de 10 mil-réis da 1ª Série¹³, impressa por *Bradbury & Evans*, s/d (cerca de 1856), para a Caixa Matriz do Banco do Brasil¹⁴. Amostra não catalogada por *Julius Meili* e nem pelo *World Paper Money*. A vinheta desta *amostra* aparece no livro de *Henry Bradbury*, “*Specimens of Banks Notes Engraving &c. &c. &c.*”, publicado em Londres em 1860, p. XLIV. No centro, temos um medalhão contendo a

¹² A *Knowles & Foster* (1828-1948) foi uma das mais antigas empresas inglesas que negociavam *commodities* brasileiras. Provavelmente, também atuava como representante comercial das firmas inglesas, daí a confusão, eis que nunca foi empresa impressora de valores.

¹³ Jamais emitido.

¹⁴ A legislação proibia a emissão de bilhetes inferiores a 20 mil-réis em relação a Caixa Matriz.

imagem de D. Pedro II, ainda jovem, com o Coroa Imperial¹⁵. Ao fundo, temos um navio, mercadorias no cais do porto, colheita de cana de açúcar e, à direita, mulher com cetro na mão, provavelmente simbolizando o poder real sobre os “administrados”, crianças índias, escravizados e trabalhadores. Alegoria do Comércio e da abundância. A *amostra* acima apresenta filigrana (motivos florais e, ao centro, “Banco do Brasil”) e numeração, apesar de, ao que tudo indica, nunca ter sido emitida.

O ano de 1856 é apontado como o de início da produção de bilhetes, mas o fato é que a *Bradbury & Evans* já havia realizado a impressão de um *specimen* para o *Banco da Província de Buenos Aires* (200 pesos – P.S414¹⁶) em 1854.

Em 1856, temos vários bilhetes impressos para o Banco *Mälare-Propinernas Enskilda Bank* da Suécia. Naquele mesmo ano e também em 1857 temos diversos bilhetes impressos para o 3º *Banco do Brasil*. Todos eles da *Bradbury & Evans*, mesmo não constando nas margens o nome do impressor, uma vez que apenas constam nos *specimens*, mas não em todos.

Para o Uruguai foram impressos diversos bilhetes para o Banco *Mauá & Cia*, de Montevideu, em 1857.

O Banco Comercial de Montevideu teve alguns bilhetes impressos em 1858 e 1860 por parte do impressor inglês. Consta como impressor *H. Bradbury & Co.*, ou seja, *Henry Bradbury & Co.*



Figura 4 – *Specimen* do bilhete de *Una Onza de Oro*, do Banco Mauá & Cia. de Montevideu no Uruguai (P.S258), Unifacial, impresso pela “*Bradbury & Evans, Bank Note Engravers & Printers, Whitefriars, London*”, como consta na margem branca do bilhete. Emissão 1860 e 1862. Amostra constante no livro de *Henry Bradbury*, “*Specimens of Banks Notes Engraving &c. &c. &c*”, publicado em Londres em 1860, p. 57.

¹⁵ Semelhante a da moeda de 20 mil-réis de 1849-1851, Papo de Tucano (JM192; Amato632-634).

¹⁶ No Catálogo *World Paper Money Specialized Issues* consta BWC, mas a empresa só passou a existir em 1858-61.

Henry Bradbury havia criado uma sociedade com o gravador *Robert Wilmot Wilkinson*, acreditamos que em 1858. A primeira encomenda de bilhetes foi feita pelo Banco de Montevidéu naquele mesmo ano de 1858 e, como vimos, o nome que aparece na margem branca dos bilhetes é de “*H. Bradbury & Co*”, mas já estamos falando aqui da *Bradbury & Wilkinson & Co* (BWC).

Em um bilhete de 1863, daquele mesmo banco, temos o nome da nova empresa *Bradbury & Wilkinson & Co*. (BWC).

Com a morte prematura de *Henry Bradbury*, em 1860 (ele tinha apenas 31 anos), a empresa que havia criado com *Robert Wilmot Wilkinson* seguiu independente da *Bradbury & Evans*.

A *Bradbury & Evans* continuou existindo como gráfica e editora até, pelo menos, 1900.

O fato é que, ao que tudo indica, *Henry Bradbury* foi quem criou o setor de concepção e gravação de bilhetes de banco, utilizando a empresa do pai, a *Bradbury & Evans*, para realizar a impressão.

Como vimos, em 1860, temos o livro de *Henry Bradbury* intitulado “*Specimens of Banks Notes Engraving &c. &c. &c*” em que o autor apresenta seus trabalhos. O livro contém várias pranchas com os trabalhos em guilhoché, marcas d’água, vinhetas e amostras de bilhetes.

Na página XLIV, temos a vinheta da amostra de 10 mil-réis da 1ª Série do 3º Banco do Brasil (figura 3). O *specimen* dessa amostra foi reproduzido na página 58. Na página XLV, temos quatro vistas da Bahia (Caixa Filial da Bahia), vejamos.

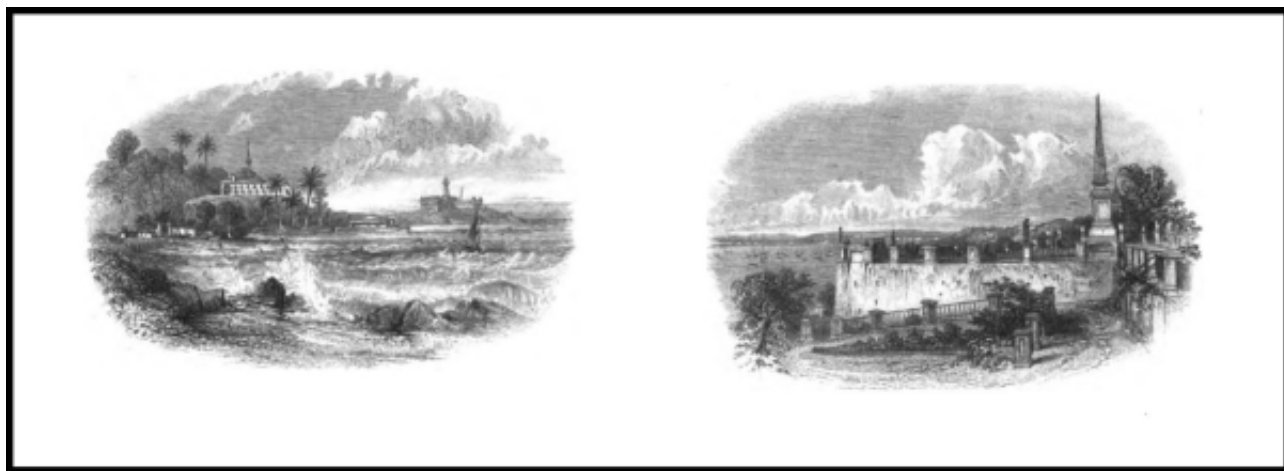


Figura 5 – Vinhetas das amostras de 50 e 10 mil-réis da 2ª Série da Caixa Filial da Bahia (não emitidas e não catalogadas) com vistas da Bahia. As gravuras podem ter sido baseadas em fotos (daguerreótipos¹⁷) de *Victor Frond*, que foram litografadas por *Benoist Lith* e impressas por *Lemercier* em Paris¹⁸. (*in*, *Specimens of Banks Notes Engraving &c. &c. &c*. *Henry Bradbury*, London, 1860, p. XLIV).

¹⁷ Daguerreótipo é um antigo aparelho fotográfico, inventado por Daguerre (1787-1851), físico e pintor francês, que fixava as imagens obtidas na câmara escura numa folha de prata sobre uma placa de cobre. (*in*, Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, 2001).

¹⁸ *in*, Álbum Brasil Pitoresco que acompanha a obra de Charles Ribeyrolles, O Brasil Pitoresco, de 1861.

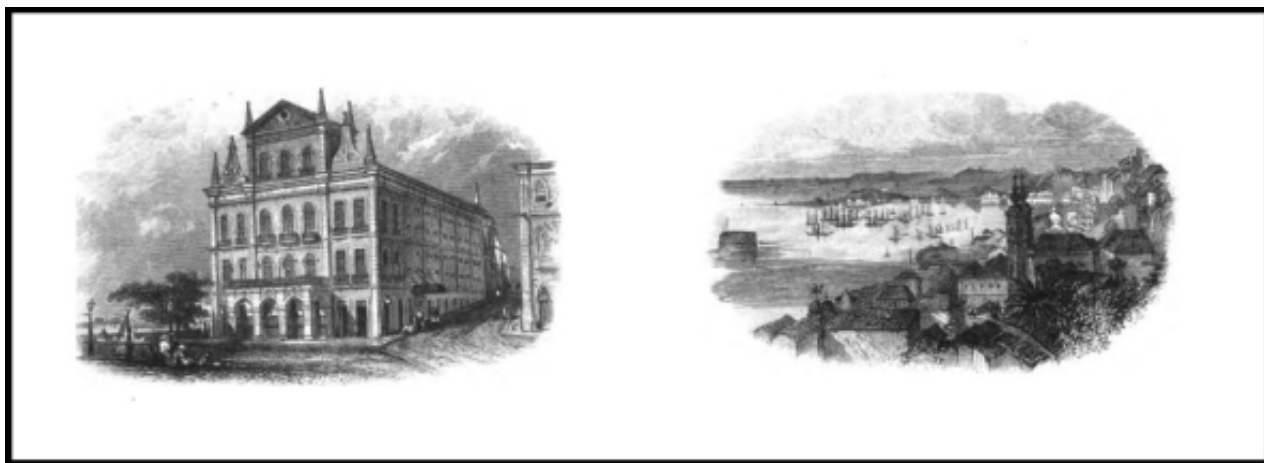


Figura 6 – Vinhetas das amostras de 100 e mil-réis da 2ª Série e da 1ª Série da Caixa Filial da Bahia. A segunda série não foi emitida e nem catalogada. Trata-se do grande Teatro da Bahia (1812-1923) que foi demolido após um incêndio. A imagem de Salvador ilustrou todos os bilhetes da 1ª Série, que foi a única emitida pela Caixa Filial da Bahia. Não localizamos ainda a fonte desta imagem. (*in*, *Specimens of Banks Notes Engraving &c. &c.* Henry Bradbury, London, 1860, p. XLIV).

Nas páginas seguintes do livro temos mais seis bilhetes do Banco do Brasil, cinco deles apenas amostras que jamais foram emitidas e nem se encontram catalogadas. O bilhete que circulou é o de 10 mil-réis da 2ª Série (Caixa Filial de Pernambuco).

Além das referências aos bilhetes do Banco do Brasil, Henry Bradbury ainda traz três *specimens* do Banco Mauá do Uruguai e da Argentina.

Os bilhetes do 3º Banco do Brasil (1853-1893) impressos pela Casa da Moeda e pela Bradbury & Evans de Londres¹⁹

3º Banco do Brasil – 1853 (emissões a partir de 1854)

Bilhetes classificados por Caixa Emissora, por séries, por impressor e por ordem de valores. Utilizamos como fontes a obra de *Julius Meili* e o *World Paper Money Specialized Issues*.²⁰

Caixa Matriz – Rio de Janeiro (14)

1ª Série – Casa da Moeda (1854-1855)

Bilhetes gravados para a Caixa Matriz

1 – 20\$000 réis ²¹	Vista do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	JM224º/P.S231
2 – 30\$000 réis	Imagem de um gaúcho	JM225º/P.S232
3 – 50\$000 réis	Imagem de uma mulher em uma rede	JM226*/P.S233
4 – 100\$000 réis	Paisagem Lacustre com cisnes e canoa	JM227º/P.S234
5 – 200\$000 réis	Marujo no cais do porto com mercadorias	JM228º/P.S235
6 – 500\$000 réis	Alegoria da abundância	JM229/P.S236

¹⁹ Incluímos aqui os bilhetes impressos na Casa da Moeda para melhor se compreender as emissões.

²⁰ O WPMSI menciona, além de todos os bilhetes citados por Meili, quatro amostras que Meili cita, mas não enumera.

²¹ Não conhecemos nenhum exemplar.

2ª Série – Casa da Moeda (1857) e Bradbury & Evans (1856)

Bilhetes gravados para a Caixa Matriz

7 – 20\$000 réis	Vista do Rio de Janeiro (B&E)	JM245/P.S241
8 – 30\$000 réis	Vista do Rio de Janeiro (B&E)	JM247*/P.S242
9 – 50\$000 réis	Alegoria da abundância (CM)	JM+230*/P.S243
10– 100\$000 réis	Vista do Rio de Janeiro (B&E) ²²	JM249°/P.S244
11– 200\$000 réis	Vista de Icaraí – Niterói RJ (B&E)	JM250°/P.S245



Figura 7 – *Specimen* do bilhete de 20 mil-réis da 2ª Série (Veja a descrição da figura 1) emitido em 1856 e 1857. Impressor: *Bradbury & Evans* (B&E)²³. Unifacial. O bilhete era cortado na margem esquerda e direita para comparação posterior com o talonário que ficava no Banco. Esse bilhete foi utilizado pela Caixa Matriz (JM245), pela Caixa Filial de São Paulo (JM255°) e provavelmente pela de Ouro Preto (JM260°), como já havíamos afirmado na descrição da figura 1, em que apresentamos apenas a vinheta.

3ª Série – Bradbury & Evans (1856)

12 – 20\$000 réis	Vista do Rio de Janeiro	JM251/ P.246
13 – 50\$000 réis	Vista do Rio de Janeiro	JM252°/ P.S247

4ª Série – Bradbury & Wilkinson & Co. (BWC)²⁴

14 – 20\$000 réis	Alegoria da Agricultura entre os rios Amazonas e Prata	JM296/ P.S248
-------------------	--	---------------

²² A imagem é do Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro. Em *Julius Meili* consta “Vista de Santos”, o que foi um equívoco. É provável que ele não conhecesse bem o Rio de Janeiro e nem Santos.

²³ Notar que neste *specimen* não consta o nome da impressora na margem inferior, da mesma forma que todos os bilhetes de circulação.

²⁴ O *World Paper Money Specialized Issues* indica os anos de 1857-60, na data de emissão, o que talvez não esteja correto, tendo-se em vista que a BWC se consolidou a partir de 1861.



Figura 8 – *Specimen* do bilhete de 20 mil-réis da 3ª Série (JM251/ P.246) exclusivo da Caixa Matriz, cerca de 1856. Unifacial. Vista do Rio de Janeiro. Numeração: 6 dígitos. Fonte da imagem: Spink/leilão 2024. Notar que também neste caso não aparece o nome da empresa impressora, a *Bradbury & Evans* (B&E).

Caixa Filial de Ouro Preto (10)

1ª Série – Casa da Moeda (1856-1857)

O valor de 10\$000 réis com gravura específica e os demais aproveitados da Caixa Matriz com superimpressão.

15 – 10\$000 réis	Colméia – similar a de São Paulo	JM231/P.S291
16 – 20\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM224°	JM232°/P.S292
17 – 30\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM225°	JM233°/P.S293
18 – 50\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM226*	JM234°/JM226*
19– 100\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM227°	JM235°/JM227°
20– 200\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM228°	JM236°/P.S296

2ª Série – Casa da Moeda e Bradbury & Evans

21 – 20\$000 réis	Vista de Botafogo (?) ²⁵ (B&E)	JM260°/ P.S301
22 – 50\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM+230* (CM)	JM237*/ P.S302
23– 100\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM249° (B&E)	JM261*/ P.S303

²⁵ Talvez seja semelhante a JM245, aproveitada da Caixa Matriz, senão desconhecido.

24– 200\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM250° (B&E)	JM262*/ P.S304
-------------------	---	----------------



Figura 9 – *Specimen* do bilhete de 200 mil-réis da 2ª Série (JM250°/P.S245 – Caixa Matriz; JM258*/P.S356 – Caixa Filial de São Paulo ou JM262*/P.S304 – Caixa Filial de Ouro Preto), 1856 e 1857. Unifacial. Vista de Icaraí em Niterói, Rio de Janeiro. Na imagem, temos a Pedra de Itapuca, um dos símbolos da cidade de Niterói. Itapuca é um termo de origem tupi que significa “pedra fendida” que faz referência ao antigo arco que existia no local e que foi implodido em 1840 para o arruamento da região. Com a implosão, o arco foi desfeito e restou o pilar rochoso no mar. É provável que essa gravura também tenha sido inspirada em alguma fotografia ou litografia do Século XIX, posterior a 1840.

Caixa Filial de São Paulo (14)

1ª Série – Casa da Moeda (1856) e Bradbury & Evans

25 – 10\$000 réis	Colméia – similar a de Ouro Preto (CM)	JM238/P.S341
26 – 10\$000 réis	Alegoria (B&E) ²⁶	JM253*/P.S348
27 – 20\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM224° (CM)	JM239°/P.S342
28 – 30\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM225° (CM)	JM240°/P.S343)
29 – 50\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM226* (CM)	JM241°/P.S344
30– 100\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM227° (CM)	JM242°/P.S345
31– 500\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM229° (CM)	JM243°/P.S346

²⁶ Aqui existem dois bilhetes de 10 mil-réis da mesma série (nº24 e 25), de impressoras distintas, um da *Casa da Moeda* e ou outro da *Bradbury & Evans*. A nosso ver, isto acontece devido ao fato do bilhete da Casa da Moeda não ser uma estampa exclusiva da Caixa Filial de São Paulo, sendo semelhante ao da Casa Filial de Ouro Preto, portanto, aproveitada.



Figura 10 – *Specimen* do bilhete de 10 mil-réis da 1ª Série (JM253*/P.S348 – Caixa Filial de São Paulo; JM277°/P.S311 – Caixa Filial do Pará²⁷ ou JM+285*/P.S331 – Caixa Filial do Rio Grande do Sul). Unifacial. Os bilhetes de circulação foram impressos em papel colorido. Impressão, “Bradbury & Evans, Bank Note Engravers & Printers, Whitefriars, London”, conforme consta na margem branca do *specimen*. Os bilhetes de circulação apresentam filigrana ou marca d’água, motivo florais. Os bilhetes de circulação não trazem o nome da empresa impressora.

2ª Série – Casa da Moeda (1856) e Bradbury & Evans

32 – 10\$000 réis	Vista de Santos (?) ²⁸ (B&E)	JM254°/P.S351
33 – 20\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM245 (B&E)	JM255°/P.S352
34 – 30\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM247* (B&E)	JM256*/P.S353
35 – 50\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM237* (CM)	JM244°/P.S347
36 – 100\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM249° (B&E)	JM257*/P.S355
37 – 200\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM258* (B&E)	JM258*/P.S356

3ª Série – Bradbury & Evans

38 – 50\$000 réis	Aproveitados – superimpressão em JM252° (B&E)	JM259*/P.S358
-------------------	---	---------------

²⁷ Essa mesma alegoria aparece em todos os valores da Série 1 da Caixa Filial do Pará e do Rio Grande do Sul.

²⁸ Não conhecemos nenhum exemplar. Existe uma amostra da 2ª Série com vista do Rio de Janeiro – Paço, baía e chafariz.

Caixa Filial da Bahia (6) Bradbury & Evans (1856)

1ª Série

Com Vista da Bahia

39 – 10\$000 réis	papel branco	JM+263*/P.S261
40 – 20\$000 réis	papel cor de rosa	JM+264*/P.S262
41 – 50\$000 réis	papel amarelo	JM+265*/P.S263
42– 100\$000 réis	papel verde	JM 266*/P.S264
43– 200\$000 réis	papel havana claro	JM+267*/P.S265
44– 500\$000 réis	papel cor de telha	JM268*/P.S266

Caixa Filial de Pernambuco (8) Bradbury & Evans (1856)

1ª Série

Com vista do Recife

45 – 10\$000 réis	papel cor de telha	JM269°/P.S321
46 – 20\$000 réis	papel cor cinza	JM270/P.S322
47 – 50\$000 réis	papel cor de rosa	JM+271°/P.S323
48– 100\$000 réis	papel amarelo	JM+272°/P.S324
49– 200\$000 réis	papel verde	JM273*/P.S325
50– 500\$000 réis	papel havana	JM+274°/P.S326

2ª Série

51 – 10\$000 réis	Vista do Recife – parte interna/papel branco	JM275*/P.S327
52 – 50\$000 réis	Vista da Ponte do Recife/papel amarelo	JM276*/P.S328

Caixa Filial do Pará (8) Bradbury & Evans (1856)

1ª Série

Alegoria com figura de mulher com um globo terrestre e uma grinalda de flores nas mãos²⁹.

53 – 10\$000 réis	papel amarelo	JM277°/P.S311
-------------------	---------------	---------------

²⁹ Figura 10.

54 – 20\$000 réis	papel verde	JM+278*/P.S312
55 – 50\$000 réis	papel amarelo	JM279°/P.S313
56– 100\$000 réis	papel pardo	JM+280*/P.S314
57– 200\$000 réis	papel cor de rosa	JM281*/P.S315

2ª Série

58 – 10\$000 réis	papel verde, Alegoria Globo e caduceu	JM282*/P.S316
59 – 20\$000 réis	papel cor de rosa, Alegoria das Artes	JM283*/P.S317
60 – 50\$000 réis	papel vermelho, cavalos num campo e locomotiva	JM284*/P.S318

Caixa Filial do Rio Grande do Sul (6) Bradbury & Evans (1856)

1ª Série

Alegoria com figura de mulher com um globo terrestre e uma grinalda de flores nas mãos, semelhante à Caixa Filial do Pará

61 – 10\$000 réis	papel verde	JM+285*/P.S331
62 – 20\$000 réis	papel havana	JM286*/P.S332
63 – 50\$000 réis	papel cinza	JM 287°/P.S333
64– 100\$000 réis	papel cor de rosa	JM288°/P.S334
65– 200\$000 réis	papel amarelo	JM289°/P.S335

2ª Série

66 – 50\$000 réis	papel verde – cavalos num campo e locomotiva	JM290*/P.S338
-------------------	--	---------------

Caixa Filial do Maranhão (5) Bradbury & Evans (1856)

1ª Série

Com Alegoria do Comércio empunhando um estandarte brasileiro.

67 – 10\$000 réis	papel cor de rosa	JM291°/P.S276
68 – 20\$000 réis	papel verde	JM+292*/P.S277
69 – 50\$000 réis	papel verde	JM293*/P.S278
70– 100\$000 réis	papel havana	JM+294*/P.S279

71– 200\$000 réis	papel branco	JM+295*/P.S280
----------------------	--------------	----------------



Figura 11 – *Specimen* do bilhete de 100 mil-réis da 1ª Série da Caixa Filial do Maranhão (JM+294*/P.S279). Unifacial. Cerca de 1856. Mercúrio empunhando o estandarte brasileiro no cais do porto, com mercadorias e navio. Alegoria do Comércio. Impressão, “Bradbury & Evans, Bank Note Engravers & Printers, Whitefriars, London”, conforme consta na margem branca do *specimen*. Os bilhetes de circulação não apresentam o nome da empresa impressora na margem branca.

Conclusão

A *Bradbury & Evans*, num período não superior a quatro anos, produziu 70 estampas para o Banco do Brasil que circularam efetivamente e mais cerca de 25³⁰ amostras que não foram utilizadas.

Foram três séries para a Caixa Matriz³¹ e uma ou duas para as demais Caixas Filiais. As Caixas Filiais de São Paulo e de Ouro Preto utilizaram bilhetes da Caixa Matriz com superimpressão.

Alguns bilhetes foram impressos para serem usados por todas as Filiais, bastando imprimir o nome da Caixa. É o caso do bilhete da figura 10. Outros utilizaram o motivo central em todos os valores, diferindo apenas no que tange à coloração do papel, veja figura 11.

Os bilhetes possuem numeração de seis dígitos, mas não temos a confirmação da quantidade emitida para cada valor.

As imagens das cidades que aparecem nas cédulas (Rio de Janeiro, Salvador e Recife) foram baseadas em imagens pré-existentis (litografias realizadas a partir de daguerreótipos) cujas autorias estamos tentando confirmar.

No início, pensávamos que dificilmente conseguiríamos identificar o impressor dos bilhetes do 3º Banco do Brasil, a par os bilhetes da Casa da Moeda. Ledo

³⁰ Destas conhecemos 12, mas estamos ainda em fase de apuração destes números.

³¹ A quarta série da Caixa Matriz já foi impressa enquanto BWC.

engano. Acabamos por encontrar os *specimens* da *Bradbury & Evans* e toda a história da empresa e a sua ligação com o Brasil.

São 70 exemplares, sendo apenas 2 desconhecidos e 1 de que não temos a absoluta certeza da classificação.

A classificação mais acertada, até hoje, é a de Julius Meili, de 1903. Meili classifica apenas os exemplares que circularam, ou seja, os 70 bilhetes que relacionamos. Ele relaciona as amostras da Coleção Galvão (coleção que, ao que tudo indica, encontra-se no Museu Histórico Nacional), mas não as classifica.

Devemos notar que todas as demais classificações são baseadas em Meili e apresentam muitos erros que passam de catálogo em catálogo, nada acrescentando de novo além das citações.

O *Standard Catalog of World Paper Money – Specialized Issues*, contém todos os bilhetes apresentados por Meili e apresenta ainda duas amostras, que Meili também relacionou.

Nos foi impossível reproduzir mais imagens e comentários eis que o assunto é demasiado longo e será necessário tratarmos dele mais demoradamente em outros apontamentos. Foi uma grande surpresa encontrar tanto material para um assunto que julgávamos escasso.

Anexo



Figura 12 – Vista do Rio de Janeiro a partir da Ilha das Cobras. Litografia realizada na França por *Lemercier*, por volta de 1852, e publicada no Rio de Janeiro por *George Leuzinger*. Esta litografia foi utilizada no ateliê da *Bradbury & Evans* para a realização da gravura que orna o bilhete de 20 mil-réis da 2ª Série (figura 1) do 3º Banco do Brasil.

Bibliografia

AMATO, Cláudio [et al.] **Livro das Moedas do Brasil, 1643 até o presente**. São Paulo: Artgraph Serviços Gráficos Ltda., 12ª edição, 2008.

BRADBURY, Henry. *Specimens of Banks Notes Engraving &c. &c. &c.*, London, 1860.

MEILI, Julius. *O Meio Circulante no Brasil - Parte II - As Moedas do Brasil Independente, 1822 até 1900*. Zurique: Tipografia de Jean Frey, 1905. (este livro foi publicado apenas em alemão – *Das Brasilianische Geldwesen von Julius Meili, II Theil – Die Münzen des unabhängigen Brasilien 1822 bis 1900, Zürich, 1905*).

MEILI, Julius. *O Meio Circulante no Brasil - Parte III - A Moeda Fiduciária no Brasil, 1771 até 1900*. Zurique: Tipografia de Jean Frey, 1903.

PICK, Albert. *Standard Catalog of World Paper Money – Specialized Issues*, Edited by George S. Cuhaj, Krause Publications, 12th Edition, Iola/USA, 2013.

TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Dinheiro no Brasil*. Rio de Janeiro: Léo Cristiano Editorial Ltda., 1987.

Agradecimentos a Milton e Lúcia Milazzo pela revisão da matéria.

(*) Márcio Rovere Sandoval – sterlingnumismatic@hotmail.com

As cédulas de 1000 cruzeiros falsificadas

Paulo César da Silva – Florianópolis/SC (*)

Falsificadores de moedas existem desde o surgimento de sua origem, no século VII a.C., na Lídia (atual Turquia), sendo que sua falsificação se popularizou no Império Romano, devido ser muito rústico o seu modo de fabricação (fabricadas à mão), mas com uma pena grave pelo crime se descoberto, ou seja, com a morte dos falsários.

Na Roma antiga do século III a.C., depois de Constantino, a moeda falsa passou a ser considerada como crime de lesa-majestade, pena essa que perdurou durante toda a Idade Média.

No Brasil, o crime consistia em pena de morte no fogo, e todos os bens do infrator eram confiscados para a Coroa do Reino, conforme previa as Ordenações Manuelinas e Filipinas.

O Código Criminal do Império, de 1830, que traça a sua definição, no seu art. 173, previa, *in verbis*: “Fabricar moeda sem autoridade legítima (...) Penas – de prisão com trabalho, por um a quatro annos, e de multa correspondente á terça parte do tempo, além da perda da moeda achada, e dos objectos destinados ao fabrico”.

E continua, como se fosse um parágrafo único, *in verbis*: “Se a moeda não fôr fabricada da materia, ou com o peso legal: Penas – de prisão com trabalho, por dous a oito annos, e de multa correspondente á metade do tempo, além da perda sobredita”.

Já no art. 174, reprimia-se a conduta de, *in verbis*: “Fabricar, ou falsificar qualquer papel de credito, que se receba nas estações publicas, como moeda; ou introduzir a moeda falsa, fabricada em paiz estrangeiro”. A pena era de prisão com trabalho por dois a oito annos e de multa correspondente á metade do tempo.

Com o advento da Lei nº 52, de 3/10/1833, substituiu-se a pena de prisão com trabalho, prevista em cada um dos tipos, pela pena de galés para a Ilha de Fernando de Noronha, pelo dobro do tempo de prisão cominada pelo Código Criminal. Passou a ser crime contra a fé pública com o novo Código Criminal de 1890 (Decreto nº 847, de 11/10/1890).

Lendo a antiga revista *O Cruzeiro*, de 1957, verificamos que, em maio daquele ano, foi presa em Buenos Aires (Argentina) a maior quadrilha de falsificadores de cédulas brasileiras de mil cruzeiros, que lançaram nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, por meio de algumas dezenas de agentes (comparsas) representantes nesses Estados, introduzindo milhões de cédulas falsas de grande perfeição, desde 1951, e tendo como



Antonio Marvulli, de 46 anos, Rafael Guirado, de 36 anos, e Oswaldo Hector seu mentor e chefe o italiano Eugenio Da Tofori, de 44 anos, e os argentinos Adolfo Landi, de 37 anos na época. Essas cédulas encontram-se, hoje, em muitas coleções como sendo verdadeiras, e podemos chamá-las, na Numismática brasileira, de *Os Sperati* devido à sua perfeição. Portanto, alerto os colecionadores para verificar, nas cédulas de suas coleções, o responsável pela emissão destas, para diferenciar as verdadeiras das falsas.



A Polícia, na época, com o magnífico trabalho de investigação do Dr. Miranda Assy (Delegado da Polícia de Curitiba/PR), descobriu que começaram a produzir cédulas argentinas a partir de 1951 e, logo em seguida, as cédulas brasileiras, ou seja, passados sete anos até serem descobertas, e que já tinham sido postas em circulação milhões de notas falsas, sem contar a numerosa clicheria de selos fiscais brasileiros de 20 Cruzeiros, selos esses de impostos encontrados na casa do falsificador Da Tofori, e que eram distribuídos aos seus cúmplices no Brasil.

As cédulas em poder dos falsificadores eram da série 262-A. Estava pronta para ser impressa a série 88-A, da nova emissão, nas máquinas de impressão, quando da prisão de seu líder no centro da cidade, em Buenos Aires.

Destarte, foram apreendidas, na época, pela Polícia portenha, em parceria com policiais paranaenses e Interpol (Polícia Internacional), vasto material de falsificação, desde maquinários, grande quantidade de papel, prensa manual, máquina fotográfica com dois focos de arco voltaico e muitos outros objetos gráficos do material relacionados com a cédula de 1000 Cruzeiros, citadas acima, que seriam utilizadas, nas próximas emissões, com os seguintes detalhes na citação, *in verbis*:

Observe-se que a série em apreço corresponde à fabricação, com lastro, de Thomas de La Rue & Company Limited London, que é dinheiro que circula no exterior, servindo para conversão de outras moedas. Da Tofori reconstituiu o processo usado na falsificação de outras moedas. Da Tofori reconstituiu o processo usado na fabricação, que foi o seguinte: 1) um negativo fotográfico 4 ou 5 vezes maior do anverso e do reverso; 2) cópias em papel mate desse negativo; 3) retoque com tinta-china de todos os traços do desenho; 4) a foto assim trabalhada perde todos os detalhes, exceto os traços em tinta-china; 5) tira-se outro negativo ao dobro do tamanho natural e, se necessário, retoca-se. Dêsse negativo, por transparência, tira-se outro, que serve para confeccionar a cópia sobre a placa de metal; 6) o negativo é copiado sobre a placa metálica, fazendo-se a gravação com retoque, “fresando-se”, e depois montado a placa

em madeira; 7) faz-se a primeira impressão, tipo “off-set”, superpondo-se as côres de fundo – “grisset” azul e amarelo e ornamentos rosa, pardo-amarelo, laranja, azul e verde-celeste. Segue-se a isso a impressão dos pequenos números 1000 do fundo, a impressão do fundo principal do bilhete em azul, como do reverso em laranja, colocando-se finalmente as firmas em negro; em vermelho, a série e a numeração (Texto extraído da página 10, da Revista *O Cruzeiro*, de 18 de maio de 1957).

Outrossim, gostaria de salientar, conforme noticiado na reportagem de Ubiratan de Lemos (repórter-fotográfico), Ivar Feijó (colaborador) e Badaró Braga (fotógrafo), que as cédulas apreendidas eram de fabricação da empresa inglesa *Thomas de La Rue & Company Limited London*, quando, na verdade, deveriam ser de fabricação da norte-americana *American Bank Note Company*. Sendo, portanto, esse o único erro dos criminosos. Esse erro acreditamos que aconteceu: por desconhecimento desses falsários; ou por não possuírem os devidos conhecimentos sobre Numismática; ou porque acreditavam que existia apenas uma empresa confeccionando cédulas brasileiras quando vigorou a nova moeda do Cruzeiro, em 1/11/1942, substituindo as moedas de Réis, que continuaram tendo seu valor legal até 1955, devido ao país ter 56 tipos diferentes de cédulas de Réis. Quando da descoberta dos falsificadores, o Brasil possuía em circulação 45 tipos diferentes de cédula, e 2 empresas estrangeiras que imprimiam notas brasileiras. A outra hipótese era a de que as cédulas que mais circulavam eram realmente as produzidas pela *Thomas de La Rue & Company Limited*, devido serem as de menores porte e com grande circulação entre a população, e as que estavam sendo falsificadas eram as maiores notas emitidas pelo Tesouro Nacional Brasileiro.



Compulsando as minhas cédulas do Brasil, encontrei duas dessas séries que falsificaram: uma da série 88-A, com as assinaturas manuais (de punho), utilizando canetas-tinteiros, que foram praticadas desde o Império e substituídas pelas microchancelas, a partir de 1953; e outra da série 262-A, com as microchancelas de Claudionor de Souza Lemos, diretor da Caixa de Amortização, e Horácio Láfer, Ministro da Fazenda. Cédulas essas com o anverso de Pedro Álvares Cabral e reverso da Primeira Missa no Brasil, com tamanhos de 157mm X 67mm, e impressas pelo *American Bank Note Company* de Nova York (ABNCo.) – 1ª Estampa (ABN), tendo como Órgão Emissor o Tesouro Nacional Brasileiro.

No atual Catálogo de Cédulas do Brasil, estão classificadas como sendo para numeração da mancolista do colecionador de cédulas de número C-048, 1943, Séries 001/230 – Autografada, valendo, no estado de conservação Flor de Estampa (FE), R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), e C-049 – 1953 – Séries 231/330, com as microchancelas de Claudionor de Souza Lemos e Horácio Láfer, valendo Flor de Estampa (FE) – R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

No Brasil, o crime está tipificado no Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), no artigo 289, *caput*, que consiste em, *in verbis*: "Falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro: Pena – reclusão, de 3 (três) a 12 (doze) anos, e multa”.

A moeda-papel surgiu nos séculos XII e XIII, substituindo a moeda metálica, que era depositada em bancos. A legislação sempre reprimiu com vigor as falsificações. Atualmente, as cédulas continuam a ser utilizadas, possuindo grande credibilidade.

Bibliografia:

AMATO. Cláudio Patrick, Irlei Soares das Neves, Julio Ernesto Schütz. Cédulas do Brasil - 1833 a 2022, JJota Serviços Gráficos Ltda., 9ª Edição, São Paulo/SP, 2022;

COSTILHES. Alain Jean. O que é Numismática? Editora Brasiliense S.A., 1ª Edição, São Paulo/SP, 1985;

MALDONADO. Rodrigo e Fernando Antunes. Bentes Guia Oficial do Papel Moeda do Brasil – 1630 – 2018, MBA Editores Associados, 2ª Edição, Napoli/Itália, 2018.

PONCIANO. Vera Lúcia Feil. Crimes de Moeda Falsa. Editora Juruá Ltda., 1ª edição – 2º tiragem, Curitiba/PR, 2002;

(*) paulocolecionador@ibest.com.br

Papai Noel existiu

Hugo Nestor Ciavattini – Palhoça/SC (*)

A figura do Papai Noel como conhecemos hoje, com seu gorro frígido, traje vermelho e barba branca, imagem de bom velhinho, gordo, barrigudo e simpático, com suas nove renas, teve origem em 1931, quando a Coca-Cola contratou um cartunista para pintar o Papai Noel nos seus anúncios de Natal. As ilustrações mais antigas retratavam Santa Claus com roupas verdes ou marrons.

O nome Papai Noel pode ser diferente em diversos países, como Santa Claus, Papá Noel, Viejo Pascuero, Pai Natal, Father Christmas ou St. Nicholas e Sinterklaas. Em todos os lugares, representa uma figura que presenteia no Natal.

As primeiras representações de Papai Noel na história do cristianismo remontam à fusão dos personagens de São Nicolau com o "Pai Natal", resultando no personagem mítico conhecido também como "*Santa Claus*" (Papai Noel em inglês; uma derivação fonética de *Sinterklaas*, do holandês). Em várias das possessões ultramarinas inglesas, mais tarde nas colônias inglesas na América e, finalmente, em países como Canadá e Estados Unidos, as versões inglesas e holandesa do entregador de presentes foram fundidas no futuro. Por exemplo, no livro *A History of New York*, escrito por Washington Irving em 1809, *Sinterklaas* foi anglicizado para *Santa Claus*.



São Nicolau de Mira inspirou a lenda do Papai Noel. São Nicolau de Mira, ou São Nicolau de Bari, foi um bispo cristão de ascendência grega, nascido no século III e falecido em 6 de dezembro de 350. Ficou conhecido por sua caridade com os pobres, principalmente crianças carentes, preocupando-se com a educação e a moral tanto das crianças como de suas mães. (Wikipedia).

Segundo a lenda finlandesa, o Papai Noel mora dentro de uma montanha na localidade de Korvatunturi, que fica na fronteira entre Finlândia e Rússia, a 320 km da Lapônia.

Contrapondo-se ao espírito natalino como inimigo, Grinch é uma figura que vive em uma montanha perto de Quemlândia (Cidade dos Quem). Com seu aspecto na cor verde, peludo e mal-humorado, odeia o Natal. Talvez entenda que o significado do Natal vai além de celebrações e presentes, pelo

consumismo das pessoas. O personagem foi baseado no livro *Grinch Roubou o Natal*, de 1957, do escritor Theodor Seuss Geisel, conhecido pelo pseudônimo Dr. Seuss.



A mais famosa e difundida dessas figuras na comemoração moderna do Natal em todo o mundo é o Papai Noel, um mítico portador de presentes, vestido de vermelho, cujas origens têm diversas fontes. A origem do nome em inglês *Santa Claus* pode ser rastreada até o *Sinterklaas* holandês, que significa simplesmente São Nicolau. Nicolau foi bispo de Mira, na atual Turquia, durante o século IV. Entre outros atributos dados ao santo, ele foi associado ao cuidado das crianças, à generosidade e à doação de presentes. Sua festa em 6 de dezembro passou a ser comemorada em muitos países com a troca de presentes.

São Nicolau, tradicionalmente, aparecia em trajes de bispo, acompanhado por ajudantes, indagando as crianças sobre o seu comportamento durante o ano passado antes de decidir se elas mereciam um presente ou não. Por volta do século XIII, São Nicolau era bem conhecido nos Países Baixos, e a prática de dar presentes em seu nome se espalhou para outras partes da Europa central e do sul. Na Reforma Protestante, nos séculos XVI e XVII na Europa, muitos protestantes mudaram o personagem portador de presente para o Menino Jesus ou *Christkindl*, e a data de dar presentes passou de 6 de dezembro para a véspera de Natal.





Concorde na Lapônia

Rovaniemi, a “Terra do Papai Noel”, é uma cidade muito fria com lindas paisagens com neve, distante a 930 km de Helsinque, capital da Finlândia. Lá situa-se o Parque Temático, a Aldeia e o Escritório do Papai Noel, onde pode-se conhecê-lo pessoalmente, e uma fazenda de renas.

Na época de Natal, operavam com o Concorde, a British Airways, que decolava do aeroporto de Heathrow de Londres, e a Air France, ambas em voos charter com turistas para Rovaniemi, capital da Lapônia, província do norte da Finlândia, dentro do Círculo Polar Ártico.



Quem teve a oportunidade participar desses voos terá, para sempre, a lembrança do cenário do Concorde na neve da Lapônia. Com o encerramento dessa rota, várias empresas aéreas atualmente fazem os voos para Rovaniemi, a própria Finnair e a Ibéria; e do Brasil, a Air France/Gol e a LATAM/Finnair.

As cartas postadas de lá terão um carimbo especial dos Correios de Papai Noel. Esse posto recebe cartas de crianças do mundo inteiro.

As pessoas que enviam cartas a esse parque temático, o Papai Noel responde que tem uma cabana com muitos quartos e podem hospedar-se gratuitamente. Se preferirem ligar, o número é 71(877) 446-6723.

Cartas para o Papai Noel

Cartas para santos ou de cunho religioso são uma prática existente desde a antiguidade, mas foi apenas a partir do século XX que surgiu, no mundo, o ato de enviar cartas ao Papai Noel como um cunho familiar, ou seja, os pais da criança leem as cartas dela que, com a condição de serem bem-comportadas durante o ano, recebem o presente como sendo de autoria do Papai Noel; às vezes de forma tão ensaiada que chegam a acreditar fielmente em sua existência, identicamente acontece quando se refere ao Coelho da Páscoa.

Há, entretanto, *versões oficiais* ou *semioficiais de papais noéis* no mundo receptoras de correspondências, e correspondem de acordo com algum critério de seleção (presentes muito onerosos não são entregues por razões óbvias). É comum encontrá-los em shopping centers, praças centrais das cidades, hospitais e estabelecimentos públicos etc. Na maioria desses lugares, as cartas são entregues presencialmente ou depositadas no próprio ambiente.



No Brasil, os Correios, oficialmente, recebem cartas endereçadas ao Papai Noel desde 2001, e o número de mensagens correspondidas equivaleu, em 2008, em aproximadamente metade, selecionadas de acordo com o contexto ou com o valor financeiro do presente. As mensagens são enviadas aos funcionários dos Correios, e todos os brasileiros podem se voluntariar a pegar uma das cartinhas nas agências dos Correios do país.

Os correios dos países escandinavos também têm programas parecidos, mas preparados para correspondências de todo o planeta, uma vez que a Lapônia é terra dada como sendo oficialmente da origem do Papai Noel.

Na Finlândia inclusive, todas as cartas dirigidas a *Papai Noel* ou *Santa Claus* e com endereço *Lapônia* ou *Polo Norte* são direcionadas para a agência em *Rovaniemi* (capital da região da Lapônia); segundo a própria agência, o endereço correto é: *Santa Claus, Santa Claus' Main Post Office, Tähtikuja 1, 96930, Arctic Circle, Finland*. As cartas recebidas com remetente recebem uma resposta em oito idiomas diferentes.

Filatelia

Várias emissões de selos postais universais homenagearam a figura do Papai Noel, inspiradas na figura original de 1931.

(*) anconanestor@gmail.com
WhatsApp (048) 99969-1595

Carimbologia do Brasil Clássico

AFSC (*) (**)

A *ArGe-Brasilien* teve o projeto de concluir a monumental obra que Reinhold Koester deixou incompleta: a **CARIMBOLOGIA DO BRASIL CLÁSSICO**. Trata-se de uma coletânea de todos os carimbos postais utilizados no Império em ordem alfabética, cuja última publicação deu-se em 1988, com o Volume XXX, que abordava as agências postais de Paraty/RJ a Petrópolis/RJ (Ed. Wolfgang Maassen, Schwalmthal).

A tarefa coube ao filatelista Fabio Monteiro, residente na Alemanha.

O primeiro exemplar, correspondente as letras Q-R, foi publicado em 2019, o da letra S, primeira parte em 2020, e a letra S, segunda parte, em 2021, e finalizou com as letras T a Z, em 2022.



A biblioteca da AFSC recebeu todos os volumes, doados por José Alberto Junges, que faz a comercialização no Brasil.

(*) afsc@afsc.org.br

(**) filatelicajunges@terra.com.br



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Superintendência Estadual de Santa Catarina

Apoio de Filatelia

Gabriel Alexandre Gandolfi da Silva - gabrielgd@correios.com.br

*Notícias, programação de Eventos Filatélicos,
Carimbos Comemorativos e Selos Personalizados*

Rua Romeu José Vieira, 90 - bloco B - 6º Andar
Bairro: Nossa Senhora do Rosário - São José/SC
CEP 88110-905 - Telefone: (48) 3954-4032

Selos Comemorativos e Especiais
Selos personalizados - Coleções Anuais

Em São José: Agência Floresta - Rua Romeu José Vieira, 90
CEP: 88110-975 - Telefone: (48) 3954-4195
scacatm@correios.com.br

Em Blumenau: Agência Victor Konder - Rua São Paulo, 1.277
CEP 89010-971 - Telefone (47) 3144-2372
scafbnu@correios.com.br

Em Joinville: Agência Joinville - Rua Princesa Isabel, 394
CEP 89201-970 - Telefone (47) 3419-6929
scacjve@correios.com.br



www.filatelicabrasil.com.br



Filatélica Penny Black
Portal do selo

Incluimos o acervo do Marcelo Studart

Roberto Silveira

(61) 92000-8401  

Verificamos sua lista de Brasil, outros países e/ou temas
Orçamento sem compromisso

portaldoselo@gmail.com

Grande estoque de selos brasileiros e estrangeiros
Toda linha de materiais filatélicos e numismáticos
Compramos coleções de selos

**Representamos as principais marcas mundiais:
Leuchtturm, Lindner, Michel, Safe e Yvert. Consulte!**

OFERTAS EM NOSSOS SITE
www.portaldoselo.com.br



FILACAP

Assine revista brasileira de filatelia!